

Debate Sindical

Nº 1
MAIO - 1986
Cz\$ 15,00

EXCLUSIVO
Dados oficiais sobre
o massacre no campo



**100 anos de luta
do 1.º de Maio**

**A construção de uma CGT
forte e combativa**

4	A História do surgimento do 1º de Maio no mundo e no Brasil
8	Os vibrantes depoimentos dos Mártires de Chicago
12	Dirigentes da CGT falam sobre a nova central sindical
16	A quem serve a Convenção 87 da OIT?
22	Documento do Ministério denuncia a violência no campo
31	O papel da imprensa sindical
37	Por que a Constituinte interessa aos trabalhadores?
39	Um perfil da combativa categoria dos metroviários paulistas
42	Resenha de livros que tratam da questão sindical



EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais.

Jornalista Responsável:

Altamiro Borges

Redação:

Luiz Momesso,
Roberto dos Santos,
Altamiro Borges.

Colaboraram nesta edição:

José Carlos Rui,
Artur de Paula,
Ronald Freitas,
Ione Simidzu,
Roseli Figaro,
Carlos Pompe,
Sandra Luiz Alves,
Tânia de Souza Barini.

Diagramação e Arte Final:

Domingos de Abreu Miranda

Composição e fotolitos:

Litarte Fotolitos (fone: 279.3646)

OBS: Os artigos assinados não refletem necessariamente o ponto de vista da redação.

CES (Centro de Estudos Sindicais) - Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, CEP: 01050, São Paulo. Fone: 37.7300. CGT - 54.609.953/ Fone: 37.7300 - CGC: 54.609.953/

DIRETORIA EXECUTIVA DO CES

Presidente: Eustáquio Vital Nolasco (2º secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo).

Vice-Presidente: Nilton Octaviano dos Santos (presidente do Sindicato dos Têxteis de São Paulo)

Secretário-Geral: Osvaldo de Oliveira Ribeiro (presidente do Sindicato dos Aeroviários e coordenador da CGT no Estado de São Paulo).

1º Secretário: José Roberto Santiago Gomes (presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação de S. Paulo).

1º Tesoureiro: João Batista Rocha Lemos (ex-metalúrgico de São Bernardo do Campo).
2º Tesoureiro: Nivaldo Araújo Santos (2º tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha de São Paulo).

Diretor Cultural: Jamil Murad (diretor do Sindicato dos Médicos e secretário-geral da CGT em São Paulo).

Diretor Social: José Carlos de Souza Silva (tesoureiro do Sindicato dos Metroviários de São Paulo).

DIRETORIA REGIONAL

ABC paulista: Antônio Renan Arraes (diretor do Sindicato dos bancários do ABC)

São José dos Campos: José Laurindo Portela (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de São José dos Campos).

Ribeirão Preto: Antônio Guerreiro (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto e Sertãozinho).

Campinas: Sônia Regina dos Santos Martins (diretora do Sindicato dos Gráficos de Campinas).

Suzano: Geraldo Pereira Filho (presidente do Sindicato dos Químicos de Suzano).

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS

Nivaldo Santana Silva (diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Purificação e Distribuição de Água de São Paulo).
Nilson do Carmo Pereira (secretário-geral do Sindicato dos Gráficos de São Paulo).
Altamiro Borges (jornalista)

CONSELHO CONSULTIVO

José Nildo da Silva (diretor do Sindicato dos Ferroviários de São Paulo)

Augusto Cesar Petta (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraguaçu Paulista)

Amador Muniz de Araújo (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de General Salgado)

Francisco Soares de Souza (tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores em Derivados de Petróleo de São Paulo)

João Batista Rodrigues (ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté)

Antônio Fernandes da Silva (ex-vice-presidente do Sindicato dos Vidreiros de São Paulo)

Valmir Bandeira (diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco)

Adilson José da Silva (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de São José dos Campos)

Ederaldo José Rimoli de Oliveira (diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo)

Antônio de Almeida Soares (assessor sindical rural de São Paulo)

Francisco Assis Costa Aderaldo (presidente do Sindicato dos Profissionais em Processamento de Dados de São Paulo)

Miguel Carvalho Lopes (ex-diretor do Sindicato dos Motoristas de São Paulo)

Divo Guizoni (diretor do Sindicato dos Empregados em Empresas Editoras de SP)

Sheila Assunção Ferreira (diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo)

Companheiro Sindicalista

Após um longo e árduo trabalho, surge a revista *Debate Sindical*. A idéia de publicar um periódico especializado no tema sindicalismo é antiga. Desde a fundação do Centro de Estudos Sindicais, em abril de 85, este era o sonho de todos os seus colaboradores. Mas só agora foi possível concretizá-lo.

É premente a necessidade de uma revista sindical, principalmente nesta nova fase da política brasileira. Com a ampliação das liberdades democráticas no nosso país, a situação política e sindical ficou mais complexa e cobra respostas aprofundadas e rápidas do sindicalismo. Além disso, a atual conjuntura exige um forte impulso no movimento sindical, uma radical dinamização, para colocá-lo à altura das novas necessidades e do sentimento de mudanças expresso pelas bases de trabalhadores.

Debate Sindical nasce exatamente com estas preocupações.

A princípio será uma revista trimestral. Ela deverá se pautar pelo estudo aprofundado e sério das questões candentes do sindicalismo; sem sectarismo, promoverá a polêmica com as várias concepções que atuam neste meio; e, no intento de dinamizar a vida sindical, fará a troca de experiências neste terreno. Em síntese, deverá ser uma revista de análise, polêmica e intercâmbio.

Seu objetivo principal, conforme está expresso na Carta de Princípios de CES, será o de ajudar a construir um sindicalismo forte, democrático, unitário, enraizado nos locais de trabalho. Um sindicalismo que se coloque a frente de todas as lutas dos trabalhadores, contribuindo para organizá-los no rumo de sua emancipação completa. A própria data do seu lançamento, 1º de Maio, reflete este nosso objetivo maior.

Esperamos contar com a colaboração de todos os que atuam no movimento sindical. Estamos abertos às críticas e sugestões. Juntos faremos uma revista que contribua de fato para o fortalecimento do sindicalismo e para a organização independente dos trabalhadores.

Os Editores

Centenário da heróica luta do 1º de Maio

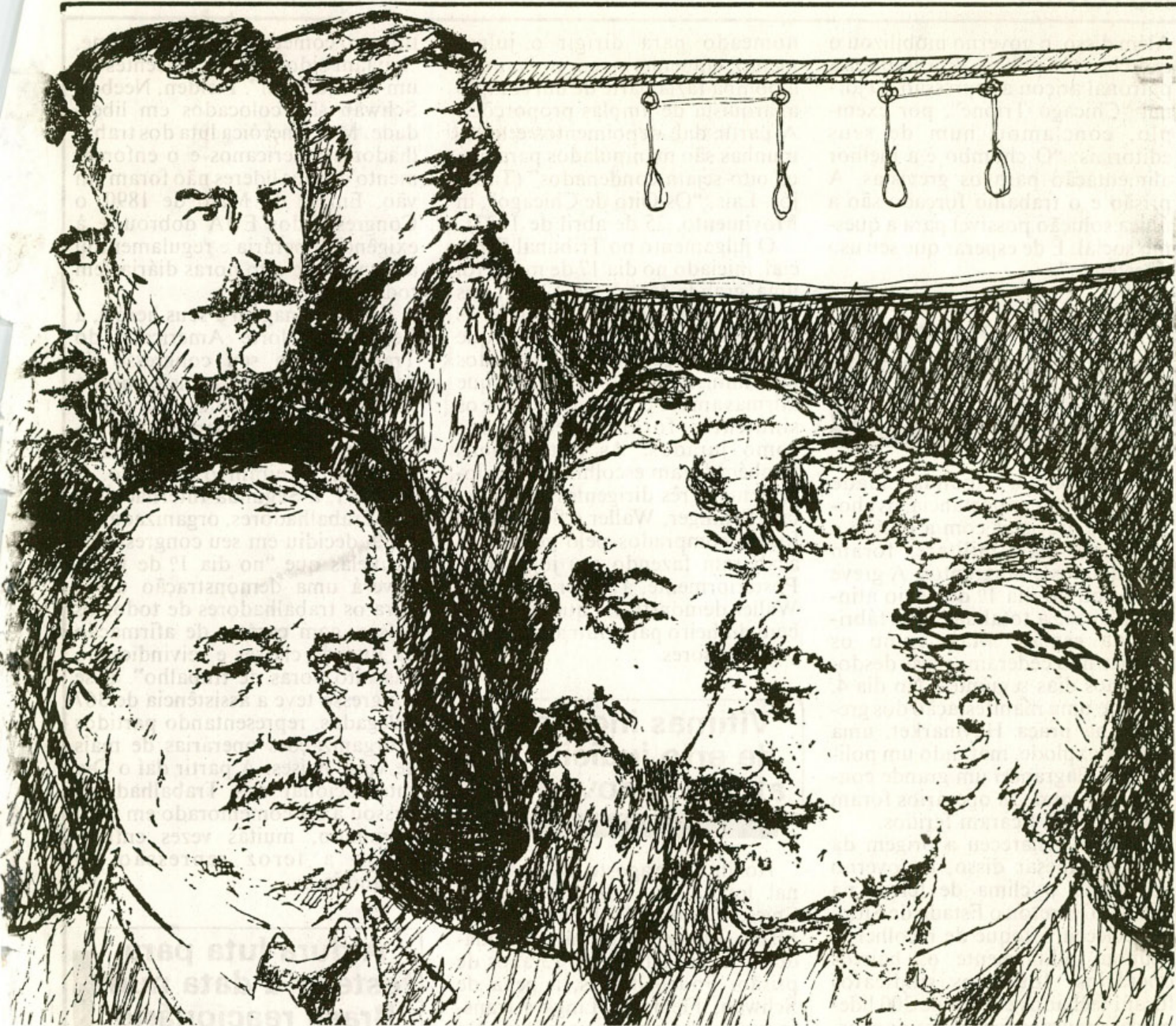
José Carlos Ruy
e
Altamiro Borges

No centenário do Dia Internacional dos Trabalhadores, a revista *Debate Sindical* presta uma homenagem a todos os líderes operários que lutaram e lutam pela completa emancipação social de sua classe. Que este 1º de Maio sirva para avançar a organização dos explorados de todo o mundo.



A comemoração do 1º de maio como Dia Internacional do Trabalho lembra um episódio sangrento ocorrido no século passado, na luta pela conquista da jornada de 8 horas diárias. Essa era a grande luta que mobilizava operários americanos e europeus há muitas décadas, contra a exploração crua a que estavam submetidos, que forçava-os normalmente a trabalhar de 14 a 16 horas por dia.

Já em 1827 ocorreu a primeira greve nos Estados Unidos pela redução da jornada de trabalho, a dos carpinteiros da Filadélfia. Pouco depois, em 1832, os trabalhadores de Boston iniciavam ur



poderoso movimento paredista que não teve consequências imediatas, mas alertou a burguesia. O resultado dessas primeiras batalhas é que o governo norte-americano, em 1840, reduziria a jornada de trabalho dos funcionários públicos. A partir daí a luta ganha forte impulso. Em 1850 surgem em todo país as famosas Ligas das Oito Horas, intensificando a campanha.

Em 1884, a Federação dos Grêmios e União Organizadas dos Estados Unidos e Canadá (que depois se transformaria na Federação Norte-americana do Trabalho) aprovaria a proposta da greve geral

para conquistar a redução da jornada para todos os assalariados, "sem distinção de sexo, ofício ou idade". A data escolhida foi de 1º de Maio de 1886 - isto porque no 1º de Maio a maioria das categorias operárias dos EUA renovam seus contratos [coletivos de] trabalho com as empresas.

O chamamento da central sindical americana foi atendido pela maioria do operariado. Nesta data ocorreram paralisações em todos os Estados americanos. Mais de 5 mil fábricas foram fechadas e cerca de 340 mil trabalhadores saíram às ruas para exigir a redução, segundo relata Camilo Taufic no

livro "Crônica do 1º de Maio". Os empresários sentiram a disposição de combate do proletariado e muitos cederam. No mesmo dia 1º, 125 mil assalariados obtiveram o direito reivindicado. No mês de maio, outros 200 mil foram beneficiados. E antes do término do ano de 1886, cerca de um milhão de trabalhadores já trabalhavam oito horas.

No entanto, a luta não foi tranquila. A burguesia formou milícias armadas, compostas por marginais e ex-presidiários, para agredir os grevistas. O bando dos "irmãos Pinkerton" tornou-se famoso pelos métodos selvagens utilizados.

Além disso, o governo mobilizou o exército e a polícia. E a imprensa patronal aticou a repressão. O jornal "Chicago Tribune", por exemplo, conclamou num de seus editoriais: "O chumbo é a melhor alimentação para os grevistas. A prisão e o trabalho forçado são a única solução possível para a questão social. É de esperar que seu uso se estenda".

Patrões formam suas milícias para atacar grevistas

Em Chicago, segunda cidade americana em importância, os choques dos grevistas com a polícia e os grupos para-militares foram mais agudos e sangrentos. A greve se iniciou no dia 1º de Maio atingindo quase a totalidade das fábricas da região. Mas, como os patrões não cederam, ela se desdobrou nos dias seguintes. No dia 4, durante uma manifestação dos grevistas na praça Haymarket, uma bomba explode, matando um policial e deflagrando um grande conflito. No total, 38 operários foram mortos e 115 ficaram feridos.

Não se esclareceu a origem da bomba. Apesar disso, o governo implantou o clima de terror na cidade. Decretou o Estado de Sítio; estabeleceu o toque de recolher; e ocupou militarmente os bairros operários. Inúmeros sindicatos foram fechados e cerca de 300 lideranças grevistas foram presas e torturadas no interrogatório. No final, os principais líderes operários de Chicago foram detidos e levados a julgamento. Foram eles: o anarquista Hessois Auguste Spies, diretor do Diário dos Trabalhadores, e os sindicalistas Michael Schwab, Adolph Fisher, Albert R. Parsons, Oscar Neebe, Louis Lingg, Samuel Fielden e George Engel - que passaram à história como "Os Oito de Chicago".

O processo contra eles caracterizou-se "por um pré-julgamento. Não se tratava de saber se algum dos detidos era responsável pela bomba e pela morte do policial. O objetivo era condenar o anarquismo, e o juiz Joseph E. Gary,

nomeado para dirigir o julgamento, empenha-se em provar que a bomba fazia parte de um complot anarquista de amplas proporções. A partir daí, depoimentos e testemunhas são manipulados para que os oito sejam condenados" (Tapajós, Lais, "Os Oito de Chicago", in **Movimento**, 25 de abril de 1977).

O julgamento no Tribunal Especial, iniciado no dia 17 de maio, foi uma grande farsa. Os 12 jurados foram escolhidos a dedo entre os 981 candidatos. Os operários que se apresentaram foram rejeitados pelo ministério público e só os que afirmavam ser contra as greves e os sindicatos foram selecionados como jurados. As testemunhas também foram escolhidas criteriosamente. Três dirigentes anarquistas (Sellinger, Waller e Scharader) foram comprados pelo governo e acabaram fazendo seu jogo sujo. Posteriormente, a própria irmã de Waller demonstraria que este recebera dinheiro para trair a causa dos trabalhadores.

"Vítimas inocentes de erro judicial", afirma o novo juiz

No dia 20 de agosto, com o tribunal lotado, foi lido o veredicto: Spies, Parsons, Fielden, Schwab, Fisher, Lingg e Engel são condenados à morte e Neebe a 15 anos de prisão. Pouco depois, a pena de Schwab, Fielden e Lingg é transformada em prisão perpétua. No dia 11 de novembro de 1887, Spies, Parsons, Fisher e Engel são enforcados na cadeia de Chicago. Um dia antes, Lingg morre na prisão, em circunstâncias misteriosas, apesar da polícia dizer que se suicidara. No mesmo dia 11 os cinco "Mártires de Chicago" foram enterrados, num cortejo que reuniu mais de 25 mil operários. Durante várias semanas as casas proletárias da cidade exibiram flores vermelhas como forma de luto e de protesto.

Seis anos depois, o próprio governador de Ilínois, John Altgeld, mandaria reabrir o processo. Num outro clima político, o juiz concluiria que os enforcados não

tinham cometido nenhum crime, "haviām sido vítimas inocentes de um erro judicial". Fielden, Neebe e Schwab são colocados em liberdade. Mas a heróica luta dos trabalhadores americanos e o enforcamento de seus líderes não foram em vão. Em 1º de Maio de 1890, o Congresso dos EUA dobrou-se à exigência operária e regulamentou a jornada de oito horas diárias em todo o país.

Em homenagem a seus heróis, a Federação Norte Americana do Trabalho, em seu congresso de dezembro de 1890, transformou o 1º de Maio num dia de luta e protesto. Congressos operários e sindicais na França, Alemanha e Espanha seguiram o exemplo. E em 1891, a Segunda Internacional dos Trabalhadores, organizada em 1889, decidiu em seu congresso de Bruxelas que "no dia 1º de Maio haverá uma demonstração única para os trabalhadores de todos os países, com caráter de afirmação da luta de classes e reivindicação das oito horas de trabalho". Esse congresso teve a assistência de 367 delegados, representando partidos e organizações operárias de mais de vinte países. A partir daí o Dia Internacional dos Trabalhadores passou a ser comemorado em todo o mundo, muitas vezes enfrentando a feroz repressão da burguesia.

A dura luta para festejar a data num Brasil reacionário

O cumprimento da convocação feita em Bruxelas não foi fácil no Brasil. Em 1894, um grupo de nove operários italianos e alguns brasileiros reuniu-se na rua Líbero Badaró, em São Paulo, para combinar a comemoração do 1º de Maio. Entretanto, bastou uma denúncia (atribuída ao consul italiano) para aparecer a polícia e botá-los na cadeia, onde permaneceram oito meses (Dias Everaldo, **História das Lutas Sociais no Brasil**, Alfa-Omega, 1977).

O 1º de Maio foi festejado pela primeira vez no Brasil em Santos, em 1895. A solenidade foi realizada

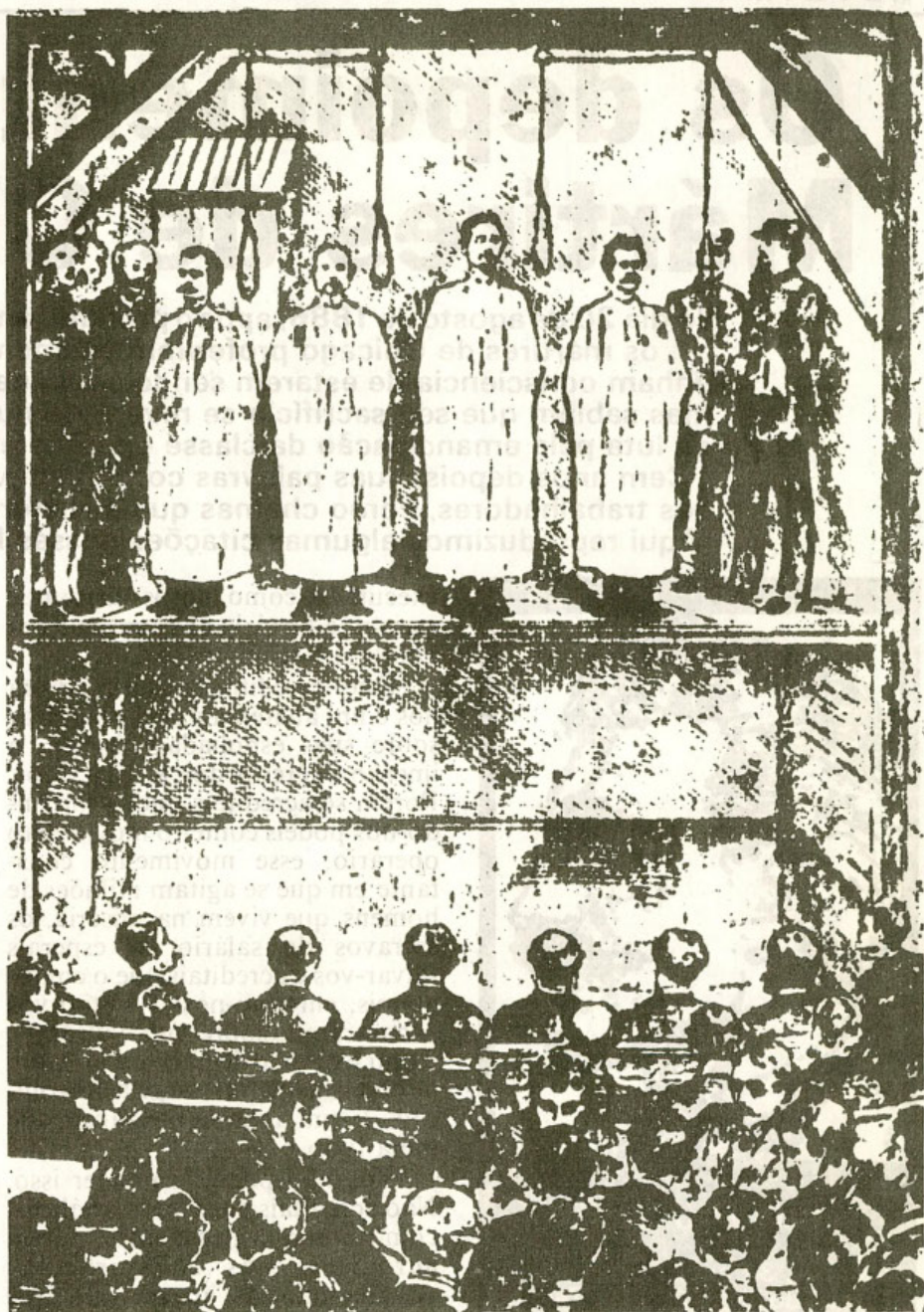
em recinto fechado, como todas as outras manifestações operárias que ocorreram até 1906. "Até aí, quando se comemorava, era sob pretexto de um festival de salão e outras vezes era algum patrão folião que promovia uma festa para seus operários", conta Everardo Dias no mesmo livro. Apresentavam-se espetáculos teatrais, normalmente seguidos de conferências, palestras ou bailes. Aí formavam-se os futuros líderes do movimento operário.

Manifestações do 1º de Maio ocorrem após 1906

As primeiras manifestações em praça pública ocorreram em 1906. No Rio de Janeiro, na época capital da República, uma grande passeata desfilou pelas suas ruas centrais; em São Paulo houve um comício na praça da Sé; e em Porto Alegre, uma passeata. Neste mesmo ano, realizou-se no Rio de Janeiro o I Congresso Operário Brasileiro, que decidiu fundar a COB (Confederação Operária do Brasil) e passar a comemorar com ações de protesto e luta a data internacional da solidariedade proletária. Segundo resolução, "no 1º de Maio de 1907 o operariado do Brasil declara-se vigorante em todo o território nacional pelas 8 horas de trabalho diário".

Para defender a reivindicação, o congresso apelou para a greve. A convocação foi imediatamente aceita por várias categorias profissionais no Rio de Janeiro e em São Paulo em maio de 1907, quando ficou claro que os patrões não cederiam. Ainda em 1907, houve uma comemoração da data em Recife, com discursos inflamados e concertos musicais no Teatro Santa Isabel, sob um enorme retrato de Karl Marx, fundador do socialismo científico.

Outros primeiros de maio marcantes neste período foram os de 1912, onde a palavra de ordem era contra a carestia e pela livre organização sindical; em 1913, contra a lei Adolfo Gordo, que determinava



Spies, Fisher, Engel e Parsons momentos antes da execução

a expulsão dos trabalhadores estrangeiros - uma lei anti-operária, já que muitos importantes líderes sindicais eram imigrantes; em 1914, contra a carestia; em 1915 e 1917, contra a I Guerra Mundial; e em 1918, em homenagem à vitoriosa revolução proletária russa.

Nesse ano, os trabalhadores converteram a data de protesto numa festa de solidariedade e confraternização com a primeira república operária. No Rio, o "governo proibiu o acesso às ruas, por causa do Estado de Sítio, mas os operários

cercaram e acorreram ao **Maison Moderne**, na praça Tiradentes, e ali realizaram uma assembléia". Nela aprovaram sob aplausos uma moção onde manifestaram "sua profunda simpatia ao povo russo, neste momento em luta heróica contra o capital e o Estado". Em seguida, burlando a polícia, saíram em passeata até a Estação Central, com bandeiras vermelhas, cantando a Internacional e dando vivas à Rússia (Bandeira Moniz e outros, **Ano Vermelho - A revolução Russa e seus reflexos no Brasil. Brasiliense, 1980**).

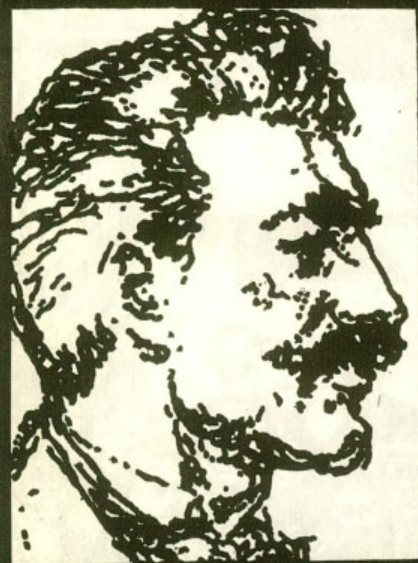
Os depoimentos dos Mártires de Chicago

No dia 20 de agosto de 1886, após o pronunciamento da sentença, os mártires de Chicago proferiram veementes discursos.

Tinham consciência de estarem sendo condenados injustamente, mas sabiam que seu sacrifício se reverteria num grande avanço da luta pela emancipação da classe operária em todo o mundo.

Cem anos depois, suas palavras continuam vivas no coração dos trabalhadores, como chamamos que a História não vai apagar.

Aqui reproduzimos algumas citações desses longos discursos.



Augusto Spies

Alemão, 31 anos, jornalista,
Diretor do jornal Arbeiter Zeitung

“Ao dirigir-me a este tribunal faço-o como representante de uma classe social diante dos representantes de outra classe inimiga. E começarei com as mesmas palavras que um personagem veneziano pronunciou há cinco séculos em situação semelhante: ‘Minha defesa é vossa acusação, meus pretensos crimes são vossa história’

“Se não existe um fato que prove minha participação ou minha responsabilidade no caso da bomba, o veredito e sua execução não são mais que um crime maquiavelicamente concebido e friamente

executado, como tantos outros que registra a história das perseguições políticas e religiosas...

“Este veredito lançado contra nós é um anátema das classes ricas sobre suas espoliadas vítimas, o imenso exército dos assalariados. Porém se acreditais que enforcando-nos podeis conter o movimento operário, esse movimento constante em que se agitam milhões de homens que vivem na miséria, os escravos do salário; se esperais salvar-vos e acreditais que o conseguiréis, enforcai-nos!... Então vos encontrareis sobre um vulcão, e daqui e de lá, e de baixo, e ao lado, de todas as partes surge a Revolução. É um fogo subterrâneo que mina tudo.

“Vós não podeis entender isso. Não acreditais nas artes diabólicas, como nossos antecedentes, porém acreditais nas conspirações. Assemelhai-vos ao menino que procura sua imagem por trás do espelho. O que vedes em nosso movimento, o que vos assusta, é o reflexo de vossa maligna consciência. Quereis destruir os agitadores. Então aniquilai os patrões que acumulam fortunas com o trabalho dos assalariados, acabai com os latifundiários que amontoam tesouros com as rendas que arrancam dos miseráveis e esqualidos lavradores... Suprimi-vos a vós mesmos, porque exitais o espírito revolucionário.

“Já expus minhas idéias. Constituem uma parte de mim mesmo. Não posso prescindir delas, ainda que o quisesse. Se pensais que aniquilareis essas idéias, que ganham

terreno a cada dia, mandando-nos para a forca; se mais uma vez aplicais a pena de morte para quem se atreve a dizer a verdade, - e vos desafio a provar que mentimos alguma vez - digo-vos que se a morte é a pena que se impõe por proclamarmos a verdade, então estou disposto a pagar tão alto preço. Enforcai-nos! A verdade crucificada em Sócrates, em Cristo, em Giordano Bruno, em Juan Huss, em Galileu vive, todavia. Estes e muitos outros nos precederam no passado. Nós estamos prontos para segui-los.”



Michael Schwab

Alemão, 33 anos,
tipógrafo e encadernador.

“Falarei pouco. E certamente não abriria a boca se meu silêncio

não fosse interpretado como um covarde consentimento com a comédia que acaba de se desenrolar.

"Falais de uma gigantesca conspiração. Um movimento social não é uma conspiração, e nós todos sempre agimos à luz do dia. Não existe segredo nenhum em nossa propaganda. Anunciamos oralmente e por escrito uma revolução que se aproxima, uma mudança no sistema de produção de todos os países industrializados do mundo. E essa mudança virá..."

Se calássemos, até as pedras falariam. Todos os dias se cometem assassinatos. As crianças são sacrificadas desumanamente. As mulheres perecem de tanto trabalhar. E os homens morrem lentamente, consumidos por pesados trabalhos e não vemos jamais as leis castigando estes crimes...

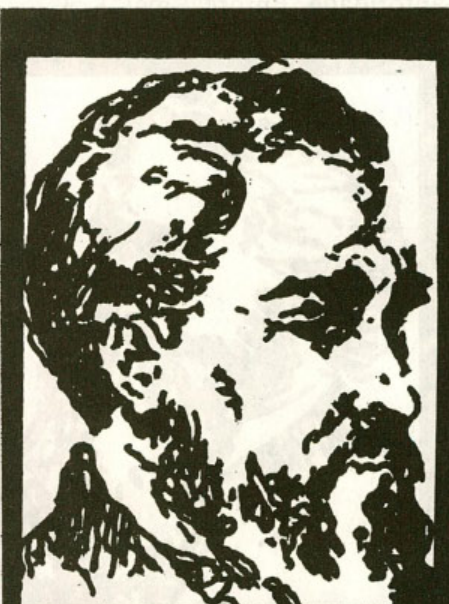
"Como operário que sou, vivi entre os meus, dormi em seus casebres, vi prostituir-se a virtude à força de privações e de miséria, e morrerem de fome homens fortes, por falta de trabalho. Porém, isso já conhecia na Europa e tinha a ilusão de que na chamada terra da liberdade, aqui na América, não veria estes tristes quadros. Sem dúvida, tive ocasião de me convencer do contrário. Nos grandes centros industriais dos Estados Unidos existe mais miséria do que nas nações do velho mundo. Milhares de operários vivem em Chicago em habitações imundas, sem ventilação nem espaços suficientes; duas ou três famílias vivem amontoadas num só quarto e comem pelancas de carne e alguns restos de verdura. As doenças instalam-se nos homens, nas mulheres e nas crianças, principalmente nas infelizes e inocentes crianças. Isso não é horrível em uma cidade que se diz civilizada?"

"O socialismo, tal qual nós o entendemos, significa que a terra e as máquinas devem ser propriedade comum do povo... Sob tal sistema todos os seres humanos disporão de meios suficientes para realizar um trabalho útil, e sem dúvida ninguém deixará de trabalhar.

"Isso é o que o socialismo propõe. Há os que dizem que isto não é americano. Será americano deixar

o povo na ignorância, será americano explorar e roubar o pobre, será americano fomentar a miséria e o crime? Que fizeram os partidos políticos tradicionais pelo povo? Prometer muito e não realizar nada, exceto corromper o povo comprando votos nos dias de eleições. É natural que, depois de tudo isso, que em um país em que a mulher tem que vender sua honra para viver, o homem se veja obrigado a vender sua consciência..."

"...No estado atual a violência é empregada a cada momento, e por isso nós propagamos a violência também, mas somente contra a violência, como um meio necessário de defesa."



Oscar Neebe

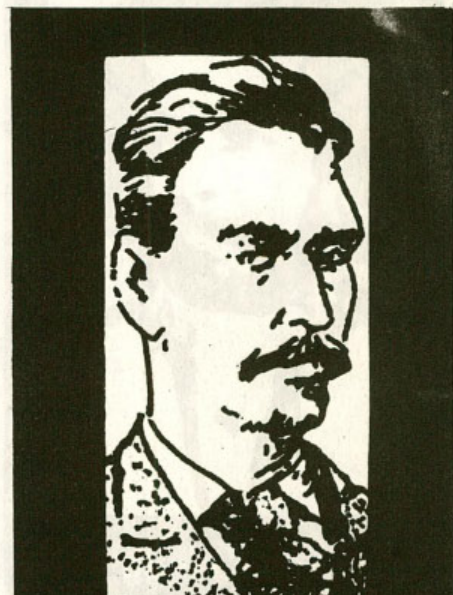
Nascido na Filadélfia, vendedor de fermento.

"Nos últimos dias pude aprender o que é a lei, pois antes não sabia.

"Antes do dia 4 de maio eu já havia cometido outros crimes. Meu trabalho como vendedor de fermento me pôs em contato com os padeiros. Vi que os padeiros desta cidade eram tratados como cachorros... Então pensei: tenho que organizar esses homens, na organização está a força. E ajudei a organizá-los. Foi um grande crime. Aqueles homens agora, em vez de trabalharem 14, 16 horas, trabalham dez horas por dia... E ainda

mais: cometi um crime pior... Certa manhã, quando ia de um lado para outro com meus trastes, vi que os operários das fábricas de cerveja de Chicago já estavam trabalhando às 4 horas da manhã. Chegavam às suas casas às 7 ou 8 da noite. Não viam nunca sua família. Nunca viam seus filhos à luz do dia... Pus mãos à obra e os organizei..."

"Preocupa-me a idéia de que não me enforqueis, honrados juizes, porque é preferível a morte rápida à morte lenta em que vivemos. Tenho família, tenho filhos, e se souberem que seu pai está morto chorarão e recolherão seu corpo para enterrá-lo. Poderão visitar minha tumba, mas não poderão, em caso contrário, entrar no presídio para beijar um condenado por um crime que não cometeu. Isto é o que tenho a dizer. E suplico: Deixai-me participar da sorte de meus companheiros. Enforcai-me com eles."



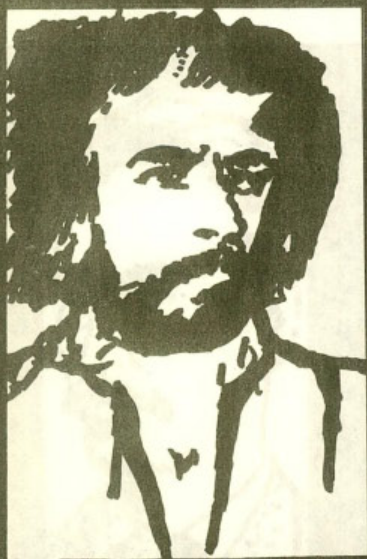
Adolf Fischer

Nascido na Alemanha, jornalista, 30 anos

"Não falarei muito. Somente tenho que protestar contra a pena de morte que me é imposta, porque não cometi nenhum crime. Tenho sido tratado como assassino e só me provam que sou anarquista. Porém, se tenho que ser enforcado por professar minhas idéias, por meu amor à liberdade, à igualdade

e à fraternidade, então nada tenho a objetar. Se a morte é a pena correspondente à nossa ardente paixão pela redenção da espécie humana, então digo bem alto: minha vida está à disposição.

“Não cometi em minha vida nenhum crime. Porém aqui está um indivíduo que está próximo de um crime, e esse indivíduo é Mr. Grinnel, que comprou testemunhas falsas para poder sentenciar-nos à morte. Eu o denuncio aqui publicamente. Se acreditais que com este bárbaro veredito aniquilais nossas idéias, estais muito enganados, pois elas são imortais. Este veredito é um golpe de morte dado à liberdade de imprensa, à liberdade de pensamento, à liberdade de expressão neste país. O povo cobrará isso. É o que tenho a dizer.”



Louis Lingg

Nascido na Alemanha, Carpinteiro, 22 anos.

ordem atual e repito também que a combaterei com todas as minhas forças enquanto estiver vivo. Declaro outra vez franca e abertamente que sou partidário do uso da força. Afirmei isso ao capitão Schaack e sustento, que se vós empregais contra nós fuzis e canhões, nós empregaremos a dinamite contra vocês. Provavelmente ris porque estais pensando: ‘Já não jogarás mais bombas’. Pois permiti que vos assegure que morrerei feliz porque estou certo de que as centenas de operários a quem tenho falado recordarão minhas palavras, e quando tivermos sido enforcados, eles estourarão a bomba. Nesta esperança vos digo: Desprezo-vos, desprezo vosso sistema, vossas leis, vossa força, vossa autoridade. Enforcai-me!”



Samuel Fielden

Inglês, 30 anos, operário têxtil e pastor metodista.

“Acusam-me de desprezar a lei e a ordem. Mas o que significam a lei e a ordem? Seus representantes são os policiais, e entre estes existem muitos ladrões. Aqui está o capitão Schaack. Ele me confessou que meu chapéu e meus livros tinham desaparecido, roubados pelos policiais. Eis aí vossos defensores do direito de propriedade!

“Eu repito que sou inimigo da

“Tendo observado que existe algo errado em nosso sistema social, assisti a várias reuniões sindicais e comparei minhas próprias observações com o que diziam os operários. Mas não conhecia o remédio para os males sociais. Porém, discutindo e analisando as idéias em voga, houve quem me dissesse que o socialismo significava a igualdade de condições e este foi um grande ensinamento. Compreendi essa verdade, passei a

ser socialista. Aprendi cada vez mais; reconheci o remédio para combater os males sociais, e como me julgava com direito de propagá-lo, assim o fiz.

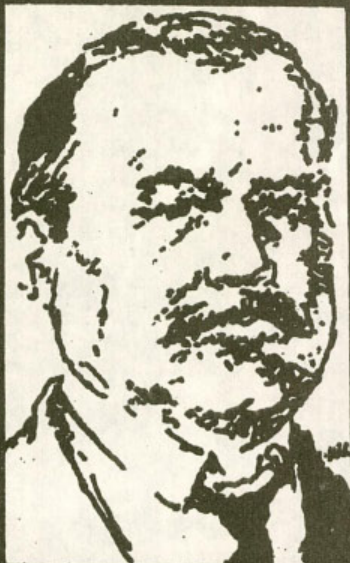
“A Constituição dos Estados Unidos, quando diz ‘o direito à livre expressão do pensamento não pode ser negado a cada cidadão’, reconhece para cada indivíduo o direito de expressar seus pensamentos. Tenho defendido os princípios do socialismo e da economia social e por isso, somente por isso, aqui me encontro e sou condenado à morte...”

“A questão social é uma questão tanto européia como americana. Nos centros industriais dos Estados Unidos o operário arrasta uma vida miserável, a mulher pobre se prostitui para viver, as crianças perecem prematuramente aniquiladas pelas penosas tarefas às quais têm que se dedicar, e uma grande parte dos vossos empobrece também, diariamente. Onde está a diferença de país para país?

Se me julgais convicto de ter propagado o socialismo, eu não o nego, então enforcai-me por dizer a verdade...”

“Se quereis minha vida por invocar os princípios do socialismo, como eu realmente tenho invocado em favor da humanidade, eu a dou contente e creio que o preço é insignificante diante dos resultados grandiosos de nosso sacrifício...”

“Eu amo meus irmãos, os trabalhadores, como a mim mesmo. Eu odeio a tirania, a maldade, a injustiça. O século XIX comete o crime de enforçar seus melhores amigos. Breve soará a hora do arrependimento. Hoje o sol brilha para a humanidade, porém para nós não pode iluminar dias mais gloriosos. Considero-me feliz ao morrer, principalmente se minha morte puder adiantar um só minuto a chegada do venturoso dia em que ele brilhe melhor para os trabalhadores. Acredito que chegará uma época em que sobre as ruínas da corrupção se levantará a esplendorosa manhã do mundo emancipado, livre de todas as maldades, de todos os monstruosos anacronismos de nossa época e de nossas caducas instituições”



George Engel

Alemão, 50 anos.
Tipógrafo e jornalista.

“É a primeira vez que compareço diante de um tribunal americano, e sou acusado de assassinato. Por que razão estou aqui? Por que razão me acusam de assassino? Pela mesma razão que me fez abandonar a Alemanha: pela pobreza, pela miséria da classe trabalhadora.

“Aqui, também, nesta ‘livre república’, neste país mais rico do mundo, existem muitos operários que não têm lugar no banquete da vida e que, como párias sociais, arrastam uma vida miserável. Aqui tenho visto seres humanos buscando alguma coisa para comer nos montes de lixo das ruas.

“Quando, em 1878, vim para esta cidade, acreditei que aqui teria mais condições de vida que em Filadélfia, onde me havia sido impossível viver por mais tempo. Porém a desilusão foi completa. Comecei a compreender que para o operário não existe diferença entre Nova York, Filadélfia, Chicago...

“...podemos aprender que a força libertou os primeiros colonizadores deste país, que só pela força foi abolida a escravidão, e assim como neste país o primeiro que agitou as idéias contrárias à

escravidão, foi enforcado, assim vamos ser enforcados também.

“Em que consiste meu crime? Em ter trabalhado para a implantação de um sistema social no qual seja impossível o fato de que enquanto uns, os donos das máquinas, amontoam milhões, outros caem na degradação e na miséria. Assim como a água e o ar são para todos, também a terra e as invenções dos homens de ciência devem ser utilizados em benefício de todos. Vossas leis se opõem às leis da natureza, e utilizando-as roubais às massas o direito à vida, à liberdade e ao bem estar.

“Eu não combato os capitalistas como indivíduos; combato o sistema que dá privilégios. Meu maior desejo é que os trabalhadores saibam quem são seus inimigos e quem são seus amigos. Tudo o mais eu desprezo. Desprezo o poder do governo iníquo, seus policiais e seus investigadores.”



Albert Parsons

Nascido no Alabama, EUA
Lutou na guerra de secessão.

Perguntai-me que fundamentos existem para conceder-me uma nova prova de minha inocência. Eu vos contesto e digo que vosso veredito é o veredito da paixão, engendrado pela paixão e realizado, enfim, pela paixão de Chicago. Por

esse motivo reclamo a suspensão da sentença e uma nova prova imediata. Que é a paixão? É a supressão da razão, do discernimento, da reflexão e da justiça necessários para se chegar ao conhecimento da verdade. Não podeis negar que vossa sentença é o resultado do ódio da imprensa burguesa, dos monopolizadores do capital, dos exploradores de trabalho...

Nos Estados Unidos existem, segundo o censo de 1880, dezesseis milhões e duzentos mil diaristas. São eles que com seu trabalho criam toda a riqueza do país. O diarista é aquele que vive de um salário e não tem outros meios de subsistência senão a venda de seu trabalho hora por hora, dia após dia, ano após ano. Seu trabalho é toda a sua propriedade; não possui mais que a força de sua mãos. Desse dezesseis milhões de diaristas, apenas nove milhões são homens, o restante são mulheres e crianças...

“Pois bem, senhores; eu, como trabalhador, tenho exposto o que acredito serem os justos clamores da classe operária; tenho defendido a liberdade e o direito de dispor de seu trabalho e do fruto desse trabalho...

“Esse processo que se iniciou e que se desenrola contra nós, foi inspirado pelos capitalistas, por aqueles que acreditam que o povo não tem senão um direito e um dever, o da obediência.

“Acreditais que quando nossos cadáveres tenham sido jogados na fossa tudo terá se acabado? Acreditais que a guerra social se acabará estrangulando-nos barbaramente? Pois estais muito enganados. Sobre o vosso veredito cairá o do povo americano e do povo de todo o mundo, para demonstrar vossa injustiça e as injustiças sociais que nos levam ao cadafalso...

“Eu estava livre e longe de Chicago... Julgando-me inocente, mesmo assim achei que meu dever era estar ao lado dos meus companheiros e enfrentar com eles, se preciso, a sentença; que meu dever era defender aqui também a causa dos trabalhadores e a causa da liberdade, e combater a opressão. Por isso, regressei sem vacilar a esta cidade...



II Congresso das Classes Trabalhadoras, em Praia Grande, em março de 1986, que criou a CGT

Foto: Wilson Mazza

O que propõem os dirigentes da nova CGT?

A CGT (Central Geral dos Trabalhadores) é uma entidade nova, recém-fundada. Ela nasceu em março num congresso dos mais representativos da história do nosso sindicalismo. Participaram 5.546 delegados credenciados, representando 1.341 entidades sindicais de todo o país.

Mas, pelas resoluções avançadas do congresso e pela garra dos sindicalistas presentes, tudo indica que a CGT logo se firmará como a verdadeira central sindical dos trabalhadores brasileiros e terá um papel de destaque no cenário nacional. Em síntese, ela se propõe a ser uma intersindical combativa, ampla, unitária e democrática. Seu grande objetivo é coordenar e unificar as grandes lutas dos assalariados, enraizando-se em cada local de trabalho - seja na cidade ou no campo. Para melhor entender as propostas e as perspectivas da CGT, os jornalistas Luiz Momesso e Roberto dos Santos entrevistaram dois de seus principais dirigentes:

Joaquim dos Santos Andrade, presidente da CGT nacional, e Osvaldo Ribeiro, presidente da CGT no Estado de São Paulo.

Como vocês vêem o surgimento da CGT? Que perspectiva ela traz para o movimento sindical brasileiro?

Joaquim: A CGT se organizou porque o movimento sindical brasileiro tinha necessidade de um organismo que o direcionasse a nível nacional, que o organizasse e, sobretudo, que o unificasse. Quando da realização do congresso que fundou a CGT, a CONCLAT já estava organizada em todos os Estados da Federação. Através das vice-presidências

regionais, a CGT procurou trazer para a sua direção pessoas de todos os quadrantes da nação, e procurou abranger as várias tendências que militam no movimento sindical brasileiro, para que fosse realmente pluralista.

Nossa atuação concreta está se dando, hoje, através da solidariedade aos companheiros bancários demitidos. A CGT já pediu uma audiência ao presidente da República no sentido de levar a ele a preocupação dos trabalhadores de todo o Brasil no que tange ao pro-

blema da reforma agrária e aos conflitos pela posse da terra. Nossa preocupação é no sentido de que o Plano de Reforma Agrária, que o Brasil inteiro reconhece como pequeno e tímido, seja aprovado e levado à prática imediatamente, para que a reforma agrária possa ser iniciada.

A CGT lutará pela concretização da democracia, que é o sonho de todos os trabalhadores, para que haja liberdade sindical efetiva, liberdade de organização partidária, para que ponha fim às leis de

exações. Necessitamos modificar a legislação sindical brasileira, tornando-a livre, acabando de uma vez por todas com as interferências do governo na vida sindical.

Oswaldo: Vejo o surgimento da CGT com bastante entusiasmo. Ela nasce forte, com uma linha de condução clara e profunda, que certamente dá cabo das exigências do movimento sindical. Um belo exemplo da grandiosidade dessa Central Sindical pode ser encontrado no próprio congresso que marca sua fundação. Foram mais de 5.000 trabalhadores, representando aproximadamente 1.500 entidades, numa festa de luta que enchia os olhos.

Oswaldo: "A CGT deve se fincar na cidade e no campo"

Não tenho dúvidas de que esse acontecimento marca um novo momento no quadro sindical brasileiro. E muito mais esperançoso fico ao saber que o pensamento comum dos companheiros afinados com essa proposta unitária, ampla e pluralista, é de luta, é de combatividade. Existe o entendimento comum de que a CGT tem que se fincar nas fábricas, nas empresas de uma forma geral, no campo e na cidade.

Considero importante afirmar que essa colocação não é fruto de minhas fantasias, não fica só ao nível das palavras. A prática da CGT durante e após o congresso reforça o que falo. As resoluções tiradas são formas concretas que configuram o avanço da luta. Além disso, as greves recentes tiveram uma atuação arrojada da CGT, como no caso dos metroviários, da Aliperti, dos telefônicos de Ribeirão Preto e outras. Esses são exemplos concretos de que a CGT chegou para estourar a boca do balão.

A Conclat teve várias debilidades que dificultaram sua ação. A concretização da CGT não será prejudicada pelas mesmas dificuldades?

Joaquim: A Conclat teve uma fase em que as decisões custavam a



Foto: César Diniz

Oswaldo Ribeiro, CGT em São Paulo

serem tomadas e a serem encaminhadas. Ela era uma coordenação e não tinha uma diretoria executiva. Tinha dificuldades de se reunir para encaminhar projetos e resoluções que exigiam medidas imediatas. Mesmo assim, não ficou imobilista tanto que se organizou a nível nacional. Foi um trabalho estafante e não somente eu, como outros dirigentes sindicais, viajaram pelo Brasil inteiro trabalhando no sentido de que a Conclat se firmasse. Hoje a CGT tem uma diretoria executiva, terá uma sede e contará com mecanismos espertos e meios de comunicação rápida com todo o Brasil. A diretoria terá a incumbência de levar à prática não apenas as resoluções do congresso mas também analisará fatos que eventualmente venham a acontecer, podendo se reunir a qualquer momento e encaminhar decisões.

Oswaldo: "Um novo instrumento capaz de unificar a luta"

Oswaldo: Durante anos a Conclat foi uma trincheira poderosa na defesa da unidade do movimento sindical, na medida em que a reunião foi inviabilizada pela prática estreita de outros setores do sindicalismo.

Nessa perspectiva ela participou decididamente no processo de redemocratização do País e na luta

do dia a dia do trabalhador. Assim foi com a gloriosa jornada por eleições diretas para presidente. Contribuiu, também de forma marcante na eleição da dupla Tancredo-Sarney, que virou uma página da nossa História. Para isso promoveu encontros, debates, levantou propostas para o governo que iniciava, levou a discussão para os trabalhadores. Em relação às lutas específicas do trabalhador, participou ativamente das campanhas salariais e das greves.

No entanto, num determinado momento, as correntes consequentes do movimento sindical compreenderam a necessidade de dar um passo maior. Era necessário o surgimento de um novo instrumento capaz de centralizar e dirigir a nossa luta. Uma central sindical ampla, democrática, pluralista e, sobretudo, combativa, que respondesse às necessidades da nova etapa vivida pelo sindicalismo. Assim nasceu a CGT.

Joaquim: "A CGT não se filiara às centrais mundiais"

Existem várias centrais sindicais mundiais. Qual será a postura da CGT diante delas?

Joaquim: Não vamos nos filiar a nenhuma delas. Manteremos uma postura de independência, como recomendou o congresso da CGT. Vamos manter relações fraternas e constantes. Esse relacionamento permitirá um trabalho conjunto com essas centrais na defesa da soberania dos povos, da sua autodeterminação, na defesa da paz, e, principalmente, no enfrentamento com as multinacionais que estão solapando os trabalhadores em cada país onde atuam. E se as multinacionais são internacionais o sindicalismo deve ser internacional, a solidariedade também deve ser internacional.

Oswaldo: Considero importante que a CGT tenha bom relacionamento com as várias centrais mundiais. Ela apóia a luta dos trabalhadores no mundo inteiro. Vê com bons olhos o relacionamento fraternal dos trabalhadores

de todos os países. Agora, entende também que esse relacionamento deve ter certos critérios. Manter boas relações não significa atrelamento ou cessão de privilégios a esta ou aquela central. O relacionamento deve ser amplo, mas com uma postura de independência e autonomia.

Joaquim: "Ela terá autonomia diante do atual governo"

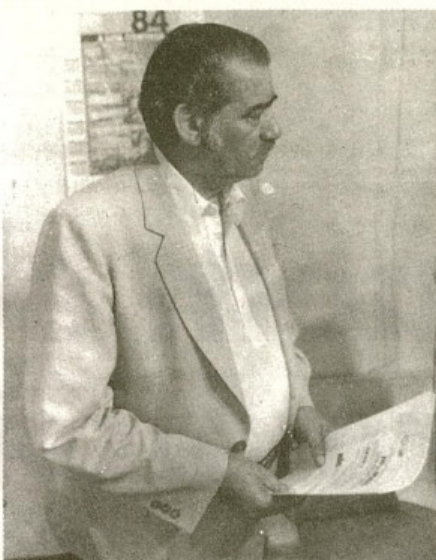
Em relação ao governo brasileiro, a CGT está disposta a apoiá-lo ou manterá uma atitude de confronto?

Joaquim: Acho que o governo representa, no momento, o mandatário. A CGT não tem nenhum propósito de desestabilizá-lo nem de jogar para a lua nenhum plano bom. Mas a CGT não será nenhum segmento do governo. Não estará atrelada a nenhum governo, em nenhum momento. Terá autonomia, liberdade e autodeterminação para discutir com os trabalhadores, apoiar o que está certo, criticar e procurar refazer o que está errado. No caso, muita gente diz que o Plano Nacional de Reforma Agrária é muito pequeno e que não se devia apoiá-lo. Nós vamos apoiar o plano como início da reforma agrária, mas não vamos nos contentar com isso.

Poderá haver momentos em que a CGT estará em flagrante confronto com o governo, desde que ele não atenda os interesses da maioria da população brasileira. É o caso em que os trabalhadores estão sendo levados a sacrifícios por conta da dívida externa, por conta da não realização de algumas reformas que nós entendemos ser imediatas.

A CGT vai ser de luta, de coordenação e de mobilização a nível nacional do movimento sindical brasileiro. Terá propostas conscientes, analisará criteriosamente todos os problemas e procurará, num primeiro momento, reivindicar, mas a partir do momento em que as reivindicações não forem atendidas, a CGT não terá dúvida nenhuma em tomar posições mais

Foto: César Diniz



Joaquim Andrade, presidente da CGT

drásticas em defesa dos trabalhadores e dos interesses nacionais.

Osvaldo: Em relação a esse governo, ou a qualquer outro, a CGT tem uma postura de independência. Luta pelo desatrelamento do sindicato ao Estado. Ao condenarmos a estrutura sindical como tuteladora e sufocante, automaticamente estamos defendendo uma estrutura sindical democrática em que os sindicatos sejam autônomos, tanto a nível de governo como em relação a partidos políticos.

Neste sentido sou intransigente. Defendo a autonomia e não tenho dúvidas de que neste sentido a CGT trilha o caminho correto.

Joaquim: "A CGT é Plurarista, tem várias tendências"

A CGT defende a unidade do movimento sindical, mas essa unidade não está existindo. Como vocês vêem o relacionamento da CGT com as outras centrais sindicais do Brasil?

Joaquim: A CGT é uma entidade pluralista na sua formação, já que ela abrange várias tendências. Mas é uma organização que defende com unhas e dentes a unidade do movimento sindical, como princípio de fundo do sindicalismo brasileiro. É pluralista, ampla, democrática, aberta para a participação de qualquer tendên-

cia, inclusive dos companheiros que pertencem a outras centrais sindicais. Não pretendemos estabelecer nenhuma patrulha ideológica, nenhum gueto. Em relação à CUT, existe a indicação do congresso de criar possibilidades de unidade em torno de futuras lutas.

Acho prematuro ainda dizer da possibilidade de unidade a nível de organização, a nível de uma só central, porque há divergências que dificultam esta unificação. Mas estas não são tão grandes. Entendo que não há possibilidade imediata de reunificação. Mas esta possibilidade será analisada num próximo congresso. Contudo, existe a possibilidade das duas centrais atuarem unitariamente em cima de lutas comuns, de pontos de vista consensuais. E isso não é difícil, uma vez que, se analisarmos os congressos da CUT e da CGT, veremos que não existem diferenças substanciais.

Osvaldo: "Unidade é fundamental para os trabalhadores"

Osvaldo: A defesa dos interesses dos trabalhadores vai exigir da CGT muita firmeza e, ao mesmo tempo, muita flexibilidade no dia a dia do movimento sindical. Por isso, a CGT pretende se relacionar com os vários setores da sociedade brasileira. Aí entram também as centrais sindicais.

Entretanto, se formos pensar a nível de unificação imediata do movimento sindical considero inviável a idéia. Não porque sejamos contra por princípio, mas porque a postura das outras centrais dificulta essa proposta.

O próprio estatuto da CGT é claro. Afirma o princípio da reunificação do movimento sindical brasileiro, considerando a importância da unidade para os trabalhadores. Mas em relação às outras centrais como fica? De um lado temos uma que é atrelada e tem concepções nocivas ao trabalhador. De outro, temos aquela que reza a cartilha de um determinado partido. É possível a reunificação dentro dessas bases?

A quem serve a aprovação da Convenção 87

Altamiro Borges

Com a realização da Assembléia Nacional Constituinte, o sindicalismo brasileiro se encontra diante da oportunidade real de concretizar um velho sonho: o de por fim a estrutura sindical atrelada e corporativista e de conquistar sua plena liberdade e autonomia. Existe um consenso entre os dirigentes sindicais mais atuantes de que a atual legislação, herdada do governo Getúlio Vargas e que dura mais de 40 anos, entrava a luta dos trabalhadores, coloca os sindicatos a mercê do governo.

Os anos de regime militar deixaram mais do que claro o quanto é nefasta e podre a estrutura sindical em vigor. Utilizando-se dos arbitrários artigos do Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho, os generais castraram o sindicalismo. Só no primeiro ano do golpe militar, 409 sindicatos, 43

federações e três confederações sofreram intervenção. Segundo levantamento da historiadora Maria Helena Moreira Alves, entre 1964 e 1979 cerca de 10 mil trabalhadores foram banidos da vida sindical e ocorreram 1.206 intervenções em entidades sindicais.

Não há dúvida de que a legislação sindical precisa ser mudada radicalmente. A pergunta que se coloca agora é qual a melhor alternativa a esta legislação. Alguns setores políticos e sindicais defendem a idéia de que a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é o instrumento adequado para libertar os sindicatos da tutela do Estado e torná-los fortes e representativos. Tentaremos demonstrar nesse artigo que esta visão é equivocada, que a ratificação da Convenção 87 pelo Brasil neste momento político só

serviria aos interesses da burguesia.

A Convenção 87 versa sobre "Liberdade Sindical e a Proteção ao Direito de Sindicalização". Ela foi aprovada em julho de 1948, na 31ª sessão da Conferência-Geral da OIT, realizada em São Francisco, EUA. Trata especificamente da questão sindical, fixando normas internacionais tanto para as entidades de trabalhadores como para as de patrões.

Com apenas 21 artigos a Convenção apresenta uma fisionomia aparentemente progressista. Ela contempla antigas reivindicações do movimento sindical brasileiro no tocante à tão almejada liberdade e autonomia sindical. Se ratificada pelo Brasil, enterraria de vez uma série de restrições previstas no Capítulo V da CLT.

Os seus artigos 3 e 4, por exemplo, eliminam o atrelamento dos

sindicatos ao Estado, o estatuto-padrão, o arbitrário enquadramento sindical, as cassações de diretorias sindicais legitimamente eleitas. "As organizações de trabalhadores e empregadores terão o direito de elaborar seus estatutos e regulamentos administrativos, de eleger livremente seus representantes, de organizar a gestão e a atividade dos mesmos e formular seu programa de ação. As autoridades públicas deverão abster-se de qualquer intervenção que possa limitar esse direito ou entravar o seu exercício legal" - diz o artigo 3.

Convenção traz de contrabando o plurisindicalismo

Se a Convenção 87 se limitasse a esses artigos, não haveria a menor dúvida em exigir a sua imediata aprovação e aplicação no país. Mas isso não acontece. Ocorre que ao lado desses aspectos progressistas, a Convenção traz embutido um perigoso contrabando: o incentivo ao pluralismo sindical, à formação de vários sindicatos de uma mesma categoria numa base territorial única. Ou seja: esta norma internacional incentiva a divisão dos trabalhadores, a pulverização de sua organização.

Seu artigo 2 afirma, capciosamente, que os "trabalhadores e empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão direito de constituir, sem autorização prévia, organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas".

Com essa linguagem pseudo-liberal, esse artigo induz a formação de várias entidades sindicais. Qualquer corrente político-partidária, ou credo religioso, ou, pior ainda, qualquer patrão, poderia criar o seu "sindicato" na empresa ou base territorial. Sem impor limites à fragmentação, os trabalhadores ficam "plenamente livres" para ver sua principal arma, a unidade, ser destruída pelos patrões e seus agentes.

Através da ratificação da Convenção 87 pelo Brasil, os capitalistas poderiam tornar realidade um

Foto: L. Carlos Leite



antigo e acalentado projeto: o de dividir os sindicatos mais fortes e atuantes. A Volkswagen, que em fins de 1980 tentou em vão organizar o seu sindicato, o chamado "Sistema de Representação dos Empregados" (num momento em que a verdadeira entidade de classe dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo encontrava-se sob intervenção dos militares), poderia ter agora seu plano viabilizado legalmente. O mesmo ocorreria com a Fiesp - poderosa entidade dos industriais paulistas -, que há muito insiste em dividir o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 23 fracos e inexpressivos "sindicatos de ofício".

Não é para menos que dos 96 países que ratificaram a Convenção 87, na maioria esmagadora impera o pluralismo sindical. Um caso exemplar é o do Japão, onde os empresários estimularam e criaram milhares de frágeis e subser-vientes "sindicatos de empresas" (os chamados "segundos sindicatos"). Atualmente neste país relati-

vamente pequeno existem 73.694 "sindicatos" - enquanto no Brasil, um país de dimensões continentais, existem cerca de 5 mil! O mesmo ocorreu na Alemanha Ocidental: os capitalistas incentivaram a criação de mais de 25 mil "conselhos de estabelecimentos", que substituem na prática a ação dos sindicatos e enfraquecem a ação unitária da classe operária alemã.

OIT prevê criação de sindicatos com menos de 50 pessoas

Até ditadores tacanhos e sanguinários, como Stroessner e Ferdinand Marcos, percebem o papel nocivo que a Convenção 87 joga contra o movimento operário e sindical. Tanto que no Paraguai e nas Filipinas, assim como em outros países que vivem sob o tãco dos militares reacionários, a Convenção é a lei sindical máxima em

vigor.

Uma amostra mais apurada, e assustadora do que poderia acontecer caso o Brasil adotasse a Convenção 87 é obtida com a leitura das súmulas do Comitê de Liberdade Sindical da OIT. Criado em 1951, o Comitê é um órgão tripartite que tem como função fiscalizar a aplicação da Convenção e investigar a situação sindical em cada país membro da OIT - atualmente 150 países são membros da Organização, inclusive o Brasil. As súmulas são o resumo destas investigações, representam a jurisprudência, o ponto de vista oficial do órgão. Servem como regra de conduta.

Através delas fica evidente o incentivo ao plurisindicalismo. Na súmula 16, por exemplo, o Comitê "reconhece o direito de todo o grupo de trabalhadores (ou empregadores) constituir um sindicato **por fora** da agremiação já existente". Justifica essa proliferação de entidades de classe "por razões de ordem profissional, religiosa ou política". Já na 18, defende aberta-

Grandes defensores no Brasil

Após fazer um breve apanhado sobre o que representa a Convenção 87 da OIT fica mais fácil entender porque os setores patronais têm se empenhado tanto por sua aprovação no Senado Federal. O objetivo da burguesia é evidente: ela quer pulverizar a organização dos trabalhadores, ela quer "dividir para reinar".

O Estado de São Paulo, jornal paulista arquireacionário e com notórios vínculos com o capital estrangeiro, não tem papas na língua. No seu editorial do dia 23 de janeiro deste ano, por exemplo, o periódico defende com ardor a imediata ratificação da Convenção 87. E explica o por quê: "Entre os benefícios que a aplicação desta resolução trará para o sindicalismo e a vida trabalhista no Brasil estará o fim do sindicato único por categoria em cada base territorial. Cada grupo, desde que preencha certas condições, poderá criar a sua entidade, mesmo que em sua cidade ou sua área já exista outro sindicato da mesma categoria. Será

o fim do monopólio da representação sindical".

Para este jornal burguês, que tanto combate as greves e as lutas dos trabalhadores, "é melhor as empresas negociarem diretamente com seus empregados do que dar atenção a um sindicato que, no fundo, só pensa em destruí-los". A última frase do editorial do **Estado** é reveladora do pensamento capitalista: "O sindicato só atrapalha".

APOIO DO SNI

Mas para quem ainda duvidava do interesse da reação na aprovação desta norma da OIT, a declaração que repercutiu mais forte foi a do general Ivan Mendes, ministro-chefe do famigerado Serviço Nacional de Informações (SNI). Em entrevista à imprensa burguesa, em 8 de novembro de 1985, ele afirmou que "a ratificação da Convenção 87 atende aos interesses dos trabalhadores. O país está, inclusive, atrasado nesse sentido".

É evidente que a preocupação da comunidade de informações não é com "os interesses dos trabalhadores". O SNI, desde sua fundação após o golpe militar de 64, sempre foi um dos principais órgãos militares de repressão ao movimento sindical. Era ele quem elaborava os sinistros "atestados ideológicos"



mente a divisão dos sindicatos: "A Convenção 87 não quer fazer do pluralismo sindical uma obrigação, mas pelo menos exige que esta seja uma possibilidade em todos os casos... A imposição da organização sindical única está em contradição com a Convenção 87".

O próprio Comitê reconhece que os capitalistas se aproveitam da Convenção para criar dóceis e fracos "sindicatos por empresa", mas critica qualquer tentativa de evitar essa fragmentação danosa para os trabalhadores. Uma de suas súmulas é de arrepiar: "A exigência de 50 membros para constituir um sindicato de empresa representa uma cifra, evidentemente, exagerada". Ou seja: um patrão pode reunir menos de 50 puxa-sacos e organizar um "sindicato", dividindo e confundindo os trabalhadores.

A própria história da formação da Organização Internacional do Trabalho e da aprovação da Convenção 87 deixa claro o objetivo dos capitalistas de dividir os traba-



Foto: Raul Júnior

Manifestação de bancários paulistas em setembro de 1984

lhadores e de eternizar o sistema de exploração.

A OIT foi fundada em 29 de junho de 1919, seguindo determinação do artigo 13 do tratado de Versalhes. Seu intento era preciso: o sistema capitalista estava abalado com a crise econômica decor-

rente da I Guerra Mundial e, principalmente, com o sucesso da revolução proletária da União Soviética. O objetivo da OIT seria o de harmonizar as relações capital-trabalho, estabilizando o sistema capitalista e evitando novas revoluções operárias no

da ditadura, impedindo que lideranças combativas se candidatassem às eleições sindicais. O SNI também "investigava" as greves e lutas operárias fornecendo a relação das lideranças para a repressão militar prender e até matar.

E mesmo hoje, com as mudanças democráticas operadas com a Nova República, o SNI mantém seu papel opressor, fascista. Numa atitude arrogante e arbitrária, ele

se intromete nos assuntos trabalhistas, mapeando os ativistas e taxando as paralisações como "obra de meia dúzia de baderneiros". Com seu requintado aparelho de espionagem, o SNI percebeu que é fundamental dividir o sindicalismo. Daí a defesa da Convenção 87.

Além desses, também o ex-candidato do PDS à presidência da República, Paulo Maluf, não esconde seu interesse em dividir os sindicatos. No seu programa de governo, apresentado na época das eleições no Colégio Eleitoral, o candidato da direita afirmava: "A pluralidade sindical ajusta-se melhor às sociedades abertas". Antes disso, seu partido, o PDS (que foi um dos sustentáculos do regime militar), já havia se esforçado para aprovar a Convenção 87 na Câmara Federal, em agosto de 84.

A posição destes expoentes da reação expressa o anseio de parcela expressiva do empresariado nacional - para não falar da burguesia internacional que já experimentou, e aprovou, a Convenção da OIT nos seus países de origem. Segundo

o advogado José Carlos Arouca, assessor jurídico de várias entidades classistas, "a maioria dos industriais defende esta norma internacional. Eles sabem que isso enfraquecerá o poder de barganha dos trabalhadores".

DESLIZE SINDICAL

Mas se é fácil compreender porque o empresariado e a reação apóiam fervorosamente a Convenção, difícil fica entender o envolvimento de setores sindicais nessa campanha. A CUT e parcelas da Igreja vêm realizando campanhas nacionais pela ratificação desta norma internacional. Por que? Será que estas correntes advogam mesmo a idéia do pluralismo sindical, da pulverização dos sindicatos em pequenas e frágeis entidades? Será que pretendem, numa visão estreita e mesquinha, formar os seus sindicatos e dividir os trabalhadores? Se este é o objetivo é bom que seja dito abertamente, às claras, para que os assalariados possam identificar melhor os inimigos infiltrados no seu próprio meio. (AB)



mundo.

A principal tarefa da OIT deveria ser a de elaborar normas internacionais (as chamadas Convenções, que atualmente ultrapassam o número de 150) para suavizar e preservar a exploração do capital, criando um clima de "paz social" entre os exploradores e explorados. Seu lema é ilustrativo: "Construir a justiça social, como um dos pilares mais sólidos de uma paz universal e duradoura".

Organismo mundial controlado pelos imperialistas

Para camuflar esse objetivo marcadamente burguês, os capitalistas e seus serviços no meio operário passaram a vender a idéia de que a OIT é um organismo neutro, que "defende os interesses dos empregados e empregadores" - como se isso fosse possível no reino do capitalismo. A primeira mentira que espalharam é a de que o capital e o trabalho têm o mesmo peso nas decisões da OIT, já que ele é um organismo tripartite (assenta empregadores, empregados e governos de cada país membro).

Mas a farsa é visível. Primeiro porque o governo no Estado burguês é a representação maior dos próprios interesses do patronato.

Além disso, o governo tem dois representantes por cada país. Por outro lado, os representantes dos trabalhadores nas Conferências da OIT são indicados pelo próprio governo na maioria dos países. Com isso, a representação dos trabalhadores é minoritária na OIT, para não dizer que é inexistente.

Os capitalistas também não divulgam que o Conselho de Administração da OIT, importante fórum de poder do organismo, é composto apenas pelas representações governamentais de 28 países. E pior ainda: que 10 destes são indicados pelos chamados "países de importância industrial" (eufemismo de países imperialistas) e "pelos governos que pagam maiores contribuições a OIT".

Disto decorre que a OIT é um organismo dependente dos países imperialistas e, por isso, presta serviços a eles. Essa dependência é inclusive financeira. Os EUA, por exemplo, garantem 25% do orçamento do organismo e, em 1977, mantinham mais de 600 funcionários trabalhando nos departamentos e na sede central da OIT em Genebra.

Isso dá um forte poder de pressão aos EUA para sugerir e impor "convenções internacionais" que sirvam aos seus interesses de rapina. No início da década de 70, por exemplo, o governo norte-americano criticou a OIT por esta ter denunciado violações dos direi-

tos sindicais na América Latina, África e Ásia. Imediatamente a OIT arquivou as denúncias e passou a atacar o principal rival dos EUA na disputa pela hegemonia mundial, a URSS.

Já em 1977, os EUA se retiraram da OIT condenando suas críticas ao governo sionista de Israel. O presidente Carter chegou a chantagear: "Os EUA estão dispostos a pedir sua readmissão se a OIT voltar a ser fiel aos seus princípios". Três anos depois, os EUA retornavam ao organismo elogiando sua postura positiva na busca da "paz social no mundo".

Convenção 87 surge para destruir o sindicato classista

Foi exatamente neste organismo que se elaborou a Convenção 87 e num período político bastante complexo. A Convenção surgiu logo após o fim da II Guerra Mundial. Com a derrota do nazifascismo, sindicalistas de vários países sentiram a necessidade de criar uma norma internacional que servisse para varrer todo o entulho sindical corporativista herdado de Hitler e Mussolini.

Nesse sentido, em 1946, a Federação Sindical Mundial (que na época apresentava posições progressistas) e a Federação Americana do Trabalho (AFL) dirigiram-se, conjuntamente, ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas solicitando a elaboração de uma estrutura democrática e autônoma para os sindicatos. Posteriormente, a petição foi transferida para a OIT - que se tornara um órgão ligado à ONU.

No entanto, a formulação dessas normas foi congelada por dois anos. Ela só vai ser elaborada, recebendo o nome de Convenção 87, em 1948 - um período negro das liberdades políticas no mundo. Vivia-se no auge da chamada "guerra fria", quando os Estados Unidos, à frente dos países capitalistas, partam para a ofensiva contra a democracia e o movimento operário em todo o mundo.

O objetivo da burguesia ao ela-



1º de maio de 1980: unidade dos trabalhadores rompe o cerco dos generais

borar a Convenção era claro: temendo o avanço das forças revolucionárias, que já hegemonizavam o movimento sindical em diversos países europeus, pretendia-se estimular a criação de sindicatos paralelos e reformistas, para defender a manutenção do sistema capitalista e pulverizar a força da classe operária internacional.

Efrém Córdova, perito da OIT no Brasil não esconde esse intento ao dizer que "a Convenção 87 se originou da necessidade de reconhecer o fato da pluralidade sindical como uma **opção básica** dos trabalhadores, frente à rivalidade que caracterizava a evolução do movimento sindical". Segundo deixa implícito, quem realmente impulsionou a adoção da Convenção foram os sindicatos americanos e europeus, preocupados com o fortalecimento do sindicalismo revolucionário após a II Guerra.

Bastante ilustrativo foi o caso brasileiro. Quem propôs a ratificação da Convenção 87, fazendo-lhe elogios, foi o general Eurico Gaspar Dutra, em mensagem enviada ao Congresso Nacional em 31 de maio de 1949. O mesmo Dutra que dera um golpe militar e fechara, apenas no ano de 1948, cerca de 470 sindicatos de trabalhadores. Depois de castrar o sindicalismo, interessava para o novo ditador dividi-lo.

Convenção volta com a derrocada do regime militar

No entanto, apesar do interesse de Dutra, a Convenção não foi aprovada e passou um longo período no esquecimento. Curiosamente, ela só reaparece no cenário nacional dois anos após o golpe militar de 64. Um de seus maiores defensores na época foi o deputado arenista Flávio Marcílio - o mesmo que viria a ser candidato a vice-presidente na chapa de Paulo Maluf, em 1985.

Mas o regime militar não precisou utilizar desse expediente para enfraquecer o sindicalismo. Conforme explicou Jarbas Passarinho, então ministro do Trabalho, não havia porque aprovar a Convenção



Foto: César Diniz

Greve de novembro de 85: união garante a vitória

"tendo em vista as condições do atual momento brasileiro". O momento era de rígido controle dos sindicatos, de prisões e mortes de sindicalistas.

Só quando o regime militar começou a desmoronar e, em contrapartida o movimento operário e sindical se fortalecia, é que a Convenção 87 reapareceu. Tratava-se de substituir a repressão pela divisão! Repentinamente, em 29 de agosto de 1984, a Câmara de Deputados aprovou a sua ratificação por sugestão da Comissão de Trabalho e Justiça Social, então presidida pelo arquitecônio Irapuã Costa Júnior.

Calcula-se que neste primeiro semestre a Convenção deverá ir à votação no Senado Federal. Caso seja aprovada, terá prazo de um ano para entrar em vigor no país como lei sindical máxima. Ou seja: a questão está colocada na ordem-dia e exige uma resposta ime-

diata do movimento sindical.

Conforme já dissemos, não há dúvida de que é preciso jogar na lata de lixo da história toda a estrutura sindical herdada do Estado Novo. Mas, como tentamos demonstrar, a Convenção 87 não é nem de longe o instrumento para isto. A liberdade sindical que ela apregoa, e que a burguesia bate palma, é aquela que joga trabalhador contra trabalhador, é apenas um trampolim para o pluralismo sindical no Brasil.

O seu destino deve ser o mesmo da estrutura sindical fascista em vigor - a lata de lixo -, já que não é possível aproveitar dela apenas suas partes positivas ou incluir um item em defesa da unicidade sindical - como propuseram alguns congressos sindicais até recentemente. A própria OIT fixou, arditamente, que a Convenção só pode ser ratificada em seu conjunto, sem mudar uma vírgula.

EXCLUSIVO

A violência sanguinária do latifúndio

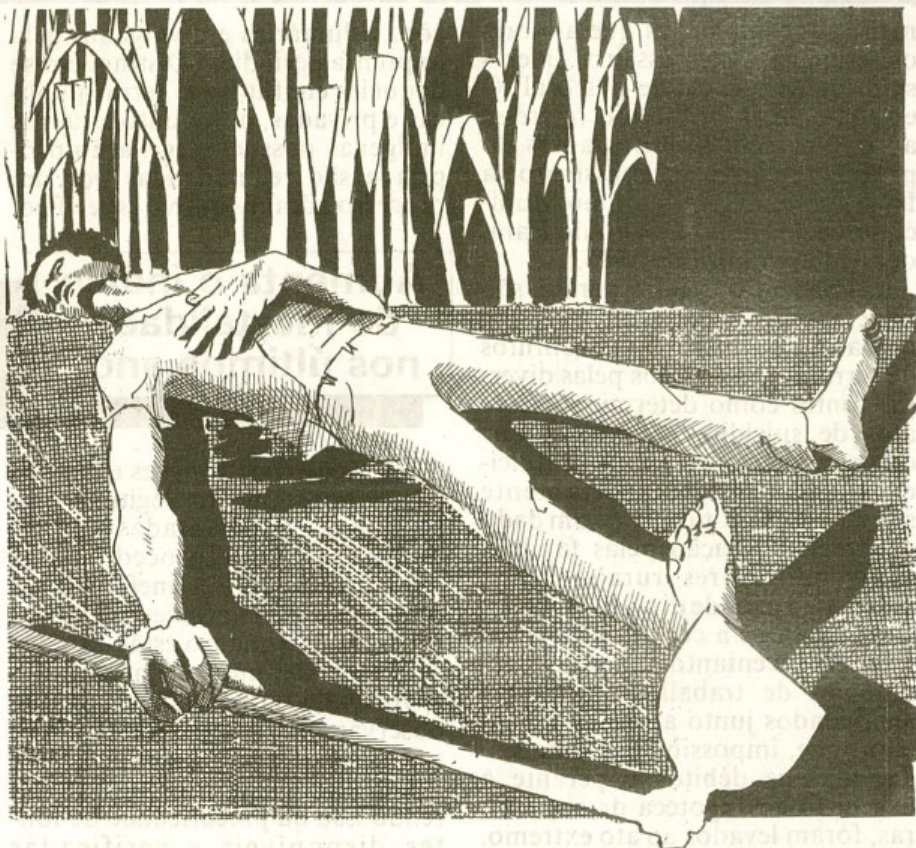
Um documento oficial do governo - inédito e aterrorizador - mostra o grau de selvageria no campo brasileiro. O detalhado estudo foi feito pelo Mirad (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário) e pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), mas até hoje não foi divulgado - talvez devido a forte pressão do latifúndio! Ela faz um levantamento da violência e das mortes, aponta o nome dos criminosos e mandantes, e as razões da guerra no campo. Com ele fica evidente que sem uma autêntica reforma agrária, que acabe com a praga do latifúndio e distribua a terra aos camponeses, a situação no campo nunca será de paz. Publicamos trechos importantes do documento:

Os dados compilados e ora apresentados abrangem tão somente os **conflitos de terra que registram atos de violência com morte** ocorridos no período que vai de 1º (primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro de 1985. Trata-se de situações classificadas como de extrema gravidade, em que os órgãos fundiários são instados a agir prontamente...

As estatísticas e demais informações que foram examinadas e corroboram as interpretações contidas neste levantamento, tem sido amplamente difundidas pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais (CONTAG, FETAG's e Sindicatos), pelo Movimento dos Sem-Terra, pelas entidades confessionais (CNBB, CIMI, CPT) e por associações voluntárias como a Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA) e a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Apresentam resultados que, devido à sua abrangência superam aqueles assinalados para os anos imediatamente anteriores e evidenciam o acirramento das disputas pela posse da terra e uma maior incidência de arbitrariedades praticadas, principalmente contra trabalhadores rurais e grupos indígenas em todo o país.

Em apenas um ano 261 casos de morte na guerra pela terra

A compilação de dados ora apresentada assinala diversas "zonas críticas ou de tensão social" (cf. Art. 15 - Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964), caracterizadas não apenas pela incidência de conflitos de terra com registro de mortes, mas também pela constatação de inúmeras outras formas de constrangimentos físicos, maltratos e arbitrariedades praticadas contra trabalhadores rurais. Os casos de morte, como atos extremados de violência, aparecem em regiões emolduradas num quadro geral de tensão social. Semelhantes áreas podem ser descritas como compreendendo inúmeros imóveis (fazendas, castanhais, engenhos, projetos agropecuários), glebas e



povoados (denominados regionalmente de **sítios e centros**), distribuídos em cerca de 101 (cento e um) municípios, em que impera um clima permanente de conflito e entreveros consecutivos.

Registram-se nestas regiões pelo menos 261 (duzentos e sessenta e uma) ocorrências de morte, no decorrer dos doze meses mencionados. Compreendem 258 (duzentos e cinquenta e oito) assassinatos e 03 (três) casos de suicídios. Daqueles, há 241 (duzentos e quarenta e uma) ocorrências em torno de terras públicas e 17 (dezesete) envolvendo terras indígenas.

Verifica-se, dentre estes, que há 47 (quarenta e sete) casos de mortos não-identificados os mortos com óbito confirmado, mas sem identidade (nome completo ou apelido de reconhecimento público) revelada. A localização dos cadáveres, nestes casos, não foi acompanhada de um levantamento preciso da identidade dos assassinados. Mais da metade destes casos de não-identificação ocorreu em áreas de fronteira agrícola, mais exatamente do Sudeste do Pará, numa circunstância caracterizada como chacina, ou ocorrência simultânea de vários assassina-

tos, em que a localização dos cadáveres se deu bem após os atos criminosos, dificultando por demais as medidas usuais de reconhecimento.

Inquéritos somem de forma estranha nas Delegacias

Não estão, deste modo, inclusos nesta relação os casos de assassinatos veiculados pela imprensa periódica e denunciados por entidades públicas ou privadas em que não ocorrem confirmações, tais como: localização dos cadáveres, reclamações de parentes ou afins e testemunhas oculares, policial e juridicamente reconhecidas. Não se pode, entretanto, a despeito de versões desencontradas e incompletas, menosprezá-los inteiramente...

Nas delegacias policiais os registros de ocorrência são insuficientes e precários e não autorizam uma perfeita caracterização dos eventos. De outra parte, este despreparado é de tal ordem que, em mais de um caso, se verifica o desapareci-

mento dos inquéritos que apuram os assassinatos de posseiros, líderes sindicais e agentes de pastoral. O episódio mais conhecido refere-se ao desaparecimento dos autos do processo relativo ao assassinato da Irmã Adelaide Molinari, no Município de Marabá, Estado do Pará, ocorrido em abril de 1985...

Compõem o quadro geral e são relacionados à parte os casos em que atos de violência nos conflitos de terra são apontados pelas diversas fontes como determinantes de atos de suicídio. Ressalta-se que estas informações sobre os suicídios encontram-se certamente subestimadas. Trata-se de um dado de difícil revelação pelas famílias de trabalhadores rurais. Raras vezes os órgãos de divulgação associam tais atos a conflitos de terra. Existem no entanto, inúmeros precedentes de trabalhadores rurais endividados junto ao sistema bancário que, impossibilitados de saldarem seus débitos e perante a execução da hipoteca de suas terras, foram levados ao ato extremo. A consulta dos repertórios produzidos pelas entidades sindicais referentes a anos anteriores permitiu a verificação de inúmeras ocorrências desta ordem.

Compõem igualmente o quadro geral de violências no campo, mas são listados à parte os casos de morte em disputa abrangendo as terras indígenas. Foram levantadas 17 (dezessete) ocorrências a partir de dados elaborados por associa-

ções voluntárias e divulgados pela imprensa periódica. Distinguem-se daqueles conflitos em terras públicas e privadas, porquanto as terras indígenas possuem legislação própria e são regularizadas por um processo administrativo específico.

Aumenta o índice de mortalidade nos últimos anos

As sucessivas invasões e tentativas de apossamento ilegítimo destas áreas, confrontadas com a morosidade dos procedimentos administrativos e a ineficácia do órgão tutor, têm acarretado graves conflitos. No quadro estão listados os casos de morte em conflito, envolvendo terras indígenas. Cabe observar que o total apresentado subestima bastante a extensão e gravidade dos conflitos, decorrendo disso da precariedade de fontes disponíveis e verificadas (especialmente no que concerne à morte de índios, frequentemente apenas presumida). Alguns casos de duplo homicídio e situações classificadas como "chacina", como aquela ocorrida nos garimpos do Alto Rio negro, onde em janeiro de 1986 se denunciou a morte de 3 índios e 60 feridos, não foram incluídos...

Tikuna (AM): conflito com Polícia Militar na cidade de Benjamin

Constant (AM), em 18.2.85, onde foram feridos à bala três índios e 7 outros foram espancados e hospitalizados. Estas ações foram comandadas pelo Delegado Neto, tenente reformado da P.M. Os atri-tos continuaram durante todo o ano, com a P.M. dando cobertura a pescadores e madeiros que invadem as terras indígenas. Diversos índios foram presos, outros ameaçados e a produção agrícola de várias aldeias foi confiscada pela P.M....

Pataxó (BA): Em 22.11.85, 130 homens da P.M. Estadual comandada pelo capitão Guimarães, atacaram com bomba de gás lacrimogêneo, cassetetes e baionetas caladas, os índios acampados em 4 fazendas, expulsando-os com violência e surrando mulheres grávidas e crianças. Ainda segundo relato dos índios, foram identificados jagunços e fazendeiros fardados como soldados da P.M..

Acrescido do total desta lista que abrange as vítimas de acidentes de trabalho tem-se um total geral de 320 (trezentos e vinte) mortos, resultado de atos de violência no meio rural no decorrer de 1985. Isto significa um aumento do índice de mortalidade em conflitos agrários, ao se efetuar uma comparação com levantamentos alusivos ao ano anterior. Em 1984 foram registrados, segundo consulta dos relatórios daquelas várias entidades anteriormente mencionadas, cerca de 10 (dez) óbitos por mês.

Mortos em conflitos de terra em 1985

Estado	Mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Rondônia		02	-	-	-	01	-	01	-	-	-	03	07	
Amazonas		-	-	-	01	-	-	-	-	-03	-	-	04	
Roraima		-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Pará		14	-	08	10	12	19	-	09	14	03	04	04	97
Maranhão		01	01	01	-	-	05	03	04	12	07	06	03	43
Ceará		-	-	01	-	-	-	01	-	-	03	-	-	05
Piauí		-	-	-	-	-	-	04	-	-	-	-	03	07
Pernambuco		-	01	01	-	02	-	01	05	01	03	-	-	14
Alagoas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Bahia		-	-	-	-	01	-	10	02	02	03	02	-	20
Minas Gerais		-	02	04	03	02	-	01	02	-	05	01	-	20
Rio de Janeiro		-	-	-	-	-	-	-	-	09	-	-	-	09
São Paulo		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	02	03
Paraná		-	-	-	-	-	-	-	-	03	-	-	-	03
Mato Grosso		01	-	01	-	-	-	01	-	-	04	01	-	08
Mato Grosso Sul		-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	02
Goiás		-	-	-	-	-	03	03	08	-	03	-	-	17
Total por mês		18	04	16	14	18	27	25	32	41	36	18	12	261



Faixa no enterro do líder sindical João Canuto, em Rio Maria, sul do Pará, dezembro de 1985

enquanto que em 1985 tem-se, aproximadamente, 27 (vinte e sete) óbitos mensais.

...Os conflitos de terra têm se agravado progressivamente em razão direta do ritmo acelerado do processo de concentração da propriedade fundiária. Assinala-se uma curva ascendente destes conflitos com registro de mortes e os resultados concernentes a 1985 ultrapassam aqueles referentes a 1984 os quais, por sua vez, são apresentados por aquelas entidades como superiores aos totais de anos imediatamente anteriores. Mediante esta regularidade, pode-

se adiantar também que a quase totalidade dos conflitos arrolados, ou seja, cerca de 80% são pré-existent e surgidos em anos passados. Está-se diante, portanto, de desdobramentos de antigos conflitos de terra e não da emergência de novas áreas de tensão social.

Mesmo dispondo de dados estatísticos fragmentários, há já uma base quantitativa e um elenco de descrições das ocorrências bastante sólido para confirmar que, concomitantemente à elevação dos índices de criminalidade no meio rural registra-se um aumento do caráter ostensivo dos crimes.

Assassina-se à luz do dia, em lugares de trânsito intenso de pessoas, em coletivos, em barcos, em rodoviárias, em mercados, em feiras e praças públicas. Sem que tenha diminuído o número das ocorrências verificadas em locais da mata, onde são colocados os roçados, registra-se que às emboscadas e tocaias sucede um conjunto de assassinatos praticados de maneira ostensiva. Acompanha esta característica o aumento da perversidade com que os crimes são cometidos, tais como: espancamentos, lesões corporais, torturas, degolas e linchamentos. Acrescen-

Mortos por atividade profissional - 1985

Nº de ordem	Atividade	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total p/ Atividade
01	Trabalhadores rurais	11	03	14	08	15	22	14	20	38	20	12	11	188
02	Garimpeiros	-	-	-	-	-	-	03	-	-	01	-	-	004
03	Índios	01	-	-	-	-	01	-	01	-	05	-	-	008
04	Proprietários e pretensos	-	-	-	01	-	-	01	01	-	-	01	-	004
05	Empregados de fazenda	03	-	-	01	01	-	01	01	01	03	02	01	014
06	Pistoleiros	03	-	01	02	02	02	04	06	-	04	-	-	024
07	Clérigos	-	-	-	02	-	-	01	-	-	-	-	-	003
08	Advogados	-	-	-	-	-	02	-	-	-	02	-	-	004
09	Policiais	-	-	-	-	-	-	-	01	01	01	01	-	004
10	Comerciantes	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	001
11	Profissão não identificada	-	01	01	-	-	-	01	01	01	-	02	-	007
	Total por mês	18	04	16	14	18	27	25	32	41	36	18	12	261

Dirigentes sindicais assassinados em 1985

DATA	NOME	UF-MUNICÍPIO	OBSERVAÇÃO	FONTE
20.01	Lázaro pereira Sobrinho	PA-Xinguara	Morto p/pist. Faz. Fortaleza	CPT-GO/CPT-AT/CPT-N-II
01.02	José Gomes da Silva	MG-Capelinha		CONTAG/CPT-GO/FETAEMG
08.05	Pedro Gomes Gonçalves	PE-MARAIAL	Morto p/pist. Engenho Guerra	CPT-GO/CONTAG
16.06	José Careca	MA-Sta Luzia	Morto Faz. Faixa (MERCK)	CONTAG/CPT-MA
04.08	Ariston Alves dos Santos	PA-Paragominas	Morto p/pist. Faz. Mainara	CONTAG/CPT-N-II
11.08	Gonçalo Ferreira Campos Souza (Ferreirinha)	MA-Lago da Pedra	Morto p/ faz.	FETAEMA/CPT-MA
13.08	Zacarias José dos Campos	BA-Marcionílio Souza	Morto p/ pist.	CONTAG/FETAG-BA/CPT-BA
21.08	José Ribamar Souza	MA-Monção	Morto p/pist.	CPT-GO
08	Amaro Alves da Silva	PE-Água Preta		JB/Informa
02.09	Evanduir Pereira da Silva	PE-Aliança	(Pres.STR) Morto no Eng. Cangu	CONTAG/CPT-GO
16.09	Salvador Alves dos Santos	PA-Paragominas	Morto p/pist.	CPT-GO/CONTAG/CONCLAT
17.09	Antonio Ferreira da Silva "Batista"	MA-Sta. Luzia	Morto p/comerciante	CPT-MA/CONTAG
23.10	Nativo da Natividade	GO-Carmo do Rio Verde	Morto p/pist.	UH (Br)
18.12	João Canuto	PA-Rio Maria	(Pres. de STR) Morto p/ Faz. Canaã	CONTAG/ O Liberal

ta-se que há 146 (cento e quarenta e seis) ocorrências de assassinatos através de armas de fogo, em que pelo menos três disparos foram efetuados. A prevalência de homicídios dolosos cometidos à bala evidenciam características peculiares destes crimes, ligados principalmente ao fácil acesso ao mercado de armas de fogo. Há também 19 (dezenove) casos de mortes provocadas por armas brancas. Destaque-se ainda que 88 (oitenta e oito) ocorrências não possuem registro de instrumentos utilizados para a consecução do assassinato.

Latifundiários promovem leilões para comprar armas

No que tange às iniciativas de armamento, são graves as denúncias chegadas ao MIRAD e ao INCRA, apontando organizações que têm estimulado os atos de força no meio rural. Há inúmeras cartas, telegramas e manifestações de protesto contra os "leilões de gado", promovidos pela União Democrática Ruralista (UDR), cujos recursos são publicamente anunciados como destinados à compra de armas, e contra as matérias pagas, assinadas pela Tradição, Família e Propriedade (TFP) que incitam à resolução de conflitos

agrários pela força das armas. Dentre elas, para efeito de ilustração, menciona-se um telegrama da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo remetido também à Presidência da República, que tem o seguinte teor:

"Alertamos vossencia gravíssima iniciativa e perigoso precedente através entidade UDR, promoção dia 14 de dezembro próximo leilão 1.000 bois em Presidente Prudente contra reforma agrária, recinto estadual de exposições. Entendemos tratar-se de ação contra Estado, de processo de subversão sentido formar milícias privadas. Roberto Toshio Horiguti - presidente FETAESP".

Registra-se também iniciativas congêneres da UDR no Estado de Goiás e no Rio Grande do Sul. A Tradição, Família e Propriedade, por sua vez, tem atuado em regiões onde o Governo Federal já procedeu a algumas desapropriações por interesse social e objetiva obstaculizar as possibilidades de assentamento. No Sul da Bahia, na região Cacaueira, no Paraná, no Sudeste do Pará a TFP tem divulgado matéria paga em periódicos regionais com o seguinte título: "A lei autoriza os fazendeiros à resistência armada". Estimula reações violentas dos grandes proprietários contra a reforma agrária em áreas de tensão social e conflitos intensos

aumentando as dificuldades no sentido de uma resolução pacífica das disputas e litígios.

'Sindicato do crime' infesta todo o interior do país

De qualquer modo, mais que o aumento quantitativo, impressionam estas novas modalidades de violência, os crimes perversos, os homicídios dolosos cometidos à bala, os suicídios e as centenas de atrocidades que se rotinizaram na área rural. Dentre estas novas formas deve-se ressaltar um aspecto que consiste na variante mais comum dos delitos: o **crime organizado**. Observa-se que os delitos praticados em grupo não se reduzem a poucas exceções e, em verdade, abrangem a quase totalidade dos assassinatos de trabalhadores rurais, de índios, de advogados e de clérigos. O aumento da proporção destes crimes organizados chama a atenção para os grupos de malfeitores, bandos e quadrilhas, vulgarmente cognominados de "sindicato do crime", que infestam tanto o Nordeste, quanto o Centro-Oeste e a Amazônia.

O crime organizado, entretanto, se manifesta sobretudo através da ação do que se convencionou denominar milícias privadas, ou grupo

Pistoleiros e mandantes dos assassinatos

Pistoleiros

Sebastião da Terezona

Francisco de Tal
Arcelindo Jardim Meira
Antônio Boi
Edson de Sousa
José Monteiro de Brito (Morto)
José de Assis Rodrigues
Chimarrão
Zé Bomba
Neguinho
Santinho
Evandro Guedes
Raimundo Zeca
Luis Chaves
Francisco Emiliano
Antônio
João Soares dos Santos
Hamilton
Trajano Bueno Bicalho
Wilson Conceição Pinheiro (Morto)
Vicente Dias Cedraz (Morto)
Gil (Morto)
Baixinho
Edilson de Souza Oliveira
Domingos Dias dos Santos
Manoel
Rita
Paulo
Paulo Veado
Manoel Gerônimo
Fabiano
José de Paula Brandão
Alonso
Deuzélio França (Preso)
Francisco Almeida (Preso)
Nagib Almeida (Preso)
Altamiro (Preso)
Almir Maia da Costa
Louro
Vadinho
João dos Santos
José Martilho
Chico Ribeiro
José Tereza (Zé Gerente)
Nego Bilar
Chico
Manoel
José Maria Carvalho
Nonato
Cecê
Érico Santos Bandeira
José Luis Franchelli
Raimundo Cirilo Dantas
Antoninho
Francisco Domingos Alves "Chicão"
(Morto)
João Doido
Zé
Patrício
Lourival Chaves da Rocha
José Paulino da Silva (Dedê Baiano)
Lucivando (ou Gilson) Paulino da Silva
Maurício de Tal
Jorge Preto
Érico de Tal
Jurandir (Preso)
Zé Augusto
Lusimar
Gaspar (Preso)

UF - Município

Marabá/PA
São João do Araguaia/PA
Rio Maria/PA
Capelinha/MG
São Romão/MG
Xinguara/PA
Xinguara/PA
Xinguara/PA
Xinguara/PA
Marabá/PA
Conceição do Araguaia/PA
S. João do Araguaia/PA
S. João do Araguaia/PA
Sta. Luzia/MA
Sta. Luzia/MA
Xinguara/PA
Colinas/MA
Xinguara/PA
Itaguatins/GO
Canavieiras/BA
Canavieiras/BA
Canavieiras/BA
Canavieiras/BA
Canavieiras/BA
Canavieiras/BA
Codô/MA
Codô/MA
Codô/MA
Timbiras/MA
Timbiras/MA
Timbiras/MA
Aripuanã/MT
Aripuanã/MT
Aripuanã/MT
Aripuanã/MT
Aripuanã/MT
Aripuanã/MT
Lago da Pedra/MA
Marcionílio Sousa/BA
Marcionílio Sousa/BA
Marcionílio Sousa/BA
Marcionílio Sousa/BA
Monção/MA
Coroatá/MA
Coroatá/MA
Coroatá/MA
Coroatá/MA
Sta. Luzia/MA
Paragominas/PA
Paragominas/PA
Campina Grande do Sul/PR
Campina Grande do Sul/PR
Campina Grande do Sul/PR
Campina Grande do Sul/PR
Coroatá/MA
Coroatá/MA
Coroatá/MA
Pio XII/MA
Marabá/PA
Quixadá/CE
Quixadá/CE
Mato Verde/MG
Mato Verde/MG
Xinguara/PA
Rio Maria/PA
Xinguara/PA
Redenção/PA
Rio Maria/PA

Mandantes

Almir Queiroz de Moraes (Faz. Fortaleza)
José Oscar de Mendonça Vergolino (Cas. Ubá)
N.I.
Minas Caixa
Fazenda Galba
Edi Castor da Nóbrega (Cast. Pau Ferrado)
"
"
Aloysio Ribeiro Vieira (Faz. Alter Ego)
Ingá Agropecuária S/A
José Oscar de Mendonça Vergolino (Faz. Ubá)
Agro Industrial Nº Srº de Fátima S/A (FAISA)
"
"
Neif Murad (Morto)
N.I.
Almir Queiroz de Moraes (Faz. Fortaleza)
N.I.
Dely Dias dos Santos (Faz. Sarampo)
"
"
"
"
"
Soc. Agroind. de Babaçu S/A (SAGRISA)
"
"
Raimundo Nonato Lima ("Chebe")
"
Osmar Bruno Ribeiro (Faz. Catuva)
"
"
"
"
Oswaldo Alexandre da Costa
Raimundo Viana e Antônio Guimarães
"
"
"
Antônio Quincas
José Lamar (Faz. Comaia)
"
"
"
Nelson Frota (Faz. Aparecida)
Blinch (Faz. Surubiju)
"
Faz. Reunida
"
"
"
N.I.
Manoel Pereira Lima (Faz. Boaventura)
"
"
Antônio Celso Silveira (Faz. Barreirinhos)
"
Alípio Cardoso (Gleba 10)
Ovidio Gomes de Oliveira (Faz. Canaã)
"
"
Ovidio Gomes de Oliveira (Faz. Canaã) e
Vanduir Gonçalves de Paula (Faz. Vale da Serra)

de vigilantes ou guardas de segurança e vigias, que tem sido seguidamente denunciadas pelas entidades sindicais como coagindo e ameaçando trabalhadores rurais em diferentes pontos do País.

Semelhantes situações, altamente belicosas, devem ser vistas e interpretadas sob prisma de que se trata de formas de agressão dependentes de circunstâncias históricas determinadas. Em outras palavras, os meios de violências e coerção tradicionalmente mantidos pelo latifúndio estão sofrendo profundas transformações. Assim, está-se diante de uma violência rural e de um certo tipo de banditismo que despiu as formas tradicionais para se adaptar às formas de ocupação da terra ditadas pelos grandes grupos econômicos.

Latifúndio apressa o registro ilegal de seus imóveis

...A implantação deste novo tipo de latifundismo não abdicou, entretanto, das formas tradicionais de imobilização da mão-de-obra (peonagem da dívida) e, além disto, instituiu mecanismos coercitivos, fundados na violência, objetivando a desorganização da economia de pequenos produtores agrícolas que há décadas, senão séculos, cultivam e têm morada habitual nestas regiões. O resultado mais imediato destas tentativas tem sido a expulsão de imensos contingentes de trabalhadores rurais das terras que cultivam e a implantação de um



Lavrador assassinado no Alto Araguaia

clima de violência e tensão sem precedentes na área rural.

Sem menosprezar o peso relativo da variável política pode-se adiantar que, com o P.N.R.A., se registra uma tentativa dos proprietários de latifúndios em acelerar o ritmo de reconhecimento de seus imóveis, enquanto empresa rural. Além disto, constata-se vultosos investimentos a curto prazo, de maneira desordenada e sem maior eficácia, objetivando criar uma aparência de utilização da terra que possa permitir a passagem dos latifúndios à condição de empresa rural...

As interpretações que insistem em atribuir ao Plano Nacional de Reforma Agrária, a explicação

maior dos conflitos de terra, incidiram, portanto, no equívoco irreparável de descaracterizar os reais fundamentos destes conflitos e dos atos de violências derivados.

Principal alvo dos jagunços são líderes sindicais

Do total de 261 (duzentos e sessenta e um) mortos destaca-se que o número de trabalhadores rurais alcança 74,4% sobrepujando os demais. O número de proprietários (geralmente denominados de **fazendeiros**) e de pretensos proprietários (denominados usualmente de **grileiros**) corresponde a 1,5%, enquanto que o de seus prepostos (capatazes e empregados que prestam serviços de vigilância armada) alcança 5,3%. Sublinhe-se que o número daqueles mortos que são nomeados como pistoleiros equivale, por sua vez, a 9,2%. Em contrapartida, os casos de morte em que pistoleiros são explicitamente assinalados como autores dos assassinatos atingem a 72 (setenta e dois), isto é, cerca de 28% das ocorrências inventariadas. Este percentual pode, entretanto, alcançar 2/3 do total de mortos se aclaradas aquelas ocorrências em que são implicitamente apontados. ...A violência policial na execução dos despejos se revela como cada vez mais problemática e centenas de denúncias de entidades sindicais têm chegado ao MIRAD e ao INCRA solicitando providências imediatas junto a determinados

Menores mortos no campo em 1985

Data	Nome	Estado-Município	Observações sobre o caso	Fonte
13.06	Francisca de Souza (13 anos)	PA - S. João do Araguaia	Menor morta p/ pist. Faz. Ubá	CPT-GO
.06	N. Identificada (14 anos)	PA - Xinguara	Poss. viol. e morta p/ pist. Faz. Fortaleza	CPT-AT
.06	N. Identificada (16 anos)	PA - Xinguara	Poss. viol. e morta p/ pist. Faz. Fortaleza	CPT-AT
20.09	Elias de Almeida (16 anos)	PA - Paragominas	Peão morto p/ pist. Faz. Surubijú	O Liberal/CPT-GO
26.09	Alcir Ribeiro (16 anos)	RJ - Magé	Membro família t.r.	ISTO É
26.09	Terezinha Ribeiro (14 anos)	RJ - Magé	Membro família t.r.	ISTO É
26.09	Maria Alcina Ribeiro (12 anos)	RJ - Magé	Membro família t.r.	ISTO É
26.09	Alcina Ribeiro (06 anos)	RJ - Magé	Membro família t.r.	ISTO É
26.09	N. Identificado (08 meses)	RJ - Magé	Membro família t.r.	ISTO É
26.10	N. Identificado (15 anos)	MT - Tanguará da Serra	Emp. de faz. morto p/ índios	UH/(Br)
.12	Raimundo Sena (01 ano)	MA - Bom Jardim	Menor morto p/ índio Guajá	O GLOBO

governos estaduais, em que são mais recorrentes, principalmente, do Mato Grosso, do Maranhão, do Pará e de Goiás.

Dentre os crimes cometidos contra os trabalhadores rurais sobressaem aqueles perpetrados contra as lideranças sindicais (Presidentes de STRs, Delegados Sindicais, membros das Diretorias de STRs), que correspondem a 5,3% do referido total. Mais da metade destas mortes ocorre nos meses de agosto e setembro, que apresentam o maior pique de conflitos e que exigem uma maior intervenção destas lideranças sindicais.

Evidencia-se uma tentativa de resolver as pendências através do uso da força e da intimidação buscando enfraquecer as entidades de representação dos trabalhadores rurais e desestimular quaisquer reivindicações.



Família de posseiro morto em Casa Nova, Bahia

Pistoleiros não são processados pela "justiça"

Enfatiza-se que no levantamento realizado constata-se que há 72 (setenta e duas) situações em que os homicídios são atribuídos explicitamente a pistoleiros e respectivos mandantes. Estas situações envolvem cerca de 124 (cento e vinte e quatro) pistoleiros e 22 (vinte e dois) mandantes. Dentre os pistoleiros há 68 (sessenta e oito) que são nominalmente citados, conforme relação que se segue. Esta mesma listagem abrange aqueles que são apontados nas denúncias várias como os que contrataram os serviços de pistoleiros para a con-

secução do ato extremo de violência. Presumíveis culpados e, não obstante, publicamente mencionados, tais pistoleiros e mandantes não foram intimidados judicialmente, senão em menos de uma dezena de ocorrências, o que delineia um quadro de impunidade.

...Em contrapartida, os procedimentos policiais, através de inquéritos ou diligências várias, propiciam um quadro em certa medida revelador desta tendência delineada. Registra-se o desaparecimento de inúmeros autos de processos e inquéritos que investigam mortes de posseiros, agentes de pastoral, líderes sindicais e advogados de trabalhadores rurais. Os casos de fuga de pistoleiros, já detidos, também têm sido frequentes. O episódio mais conhecido refere-

se à fuga do pistoleiro chamado Sebastião da Terezona, suspeito de mais de 14 (catorze) assassinatos, da cadeia pública de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, em novembro de 1985.

Registram-se 16 (dezesesseis) ocorrências e mortes de mulheres nos conflitos de terra levantados. Representam 6,2% do total de mortos e compreendem situações em que se verificam atos de violência caracterizados por sevícias, delitos sexuais, estupros e lesões corporais resultantes em assassinatos e suicídios. Daquele total de mortes tem-se que a metade corresponde ao assassinio de mulheres de menor de idade. Há dois casos de suicídio cometidos após terem as mulheres sofrido constrangimentos físicos por parte de

Suicídios ligados a conflitos de terra

Data	Nome	Estado - Município	Observações	Fonte
10.04	João Jurandir Barbosa	PA - Conceição do Araguaia	posseiro suicidou-se por medo da polícia depois de ter sido torturado e expulso da Fazenda Ingá.	CPT-GO
.04	Carmem Lúcia da Silva	PA - Conceição do Araguaia	TR enloqueceu e suicidou-se por medo dos pistoleiros que a ameaçavam.	CPT-GO
.10	Ismene Mendes	MG - Patrocínio	advogada suicidou-se depois de ter sido espancada. Era filha de um dos líderes sindicais do município.	VEJA

pistoleiros. Em duas outras situações as assassinadas são freiras que desenvolviam ação missionária junto à população de trabalhadores rurais na região amazônica. Todas as que foram assassinadas o foram por disparos produzidos por arma de fogo.

Chacinas visam desestruturar união dos camponeses

Pode-se concluir que se mata sempre mais de um homem por família ou por grupo de vizinhança. Para além do temor de vinganças e retaliações, que fazem parte do código de violência no meio rural, e das próprias "brigas de famílias", estas chacinas recorrentes visam desorganizar redes de solidariedade essenciais ao exercício das atividades produtivas. A regra que suscita esta modalidade de extermínio intenta atingir as famílias de trabalhadores rurais no seu cerne, isto é, na sua administração e na composição da força de trabalho. Assim, mata-se pai e filho, marido e mulher, sogro e genro, vizinhos e compadres, cujas relações sociais, numa reciprocidade positiva, constituem o elemento essencial para assegurar um processo de produção permanente.

No caso das usinas de açúcar de Pernambuco, Paraíba e Alagoas a maior incidência de assassinatos de trabalhadores rurais ocorre exatamente no início da safra, ou seja, em agosto e setembro. Este momento é caracterizado pelo deslocamento do trabalho nos roçados familiares para as plantações de cana e pelos ajustes salariais. Os percentuais da remuneração por produção são estabelecidos no decorrer deste período. Observa-se que, nestas regiões, na entressafra, o trabalho nos canaviais é praticamente na diária e poucas atividades são remuneradas por tarefa. Na Região Nordeste as campanhas salariais também começam no início de agosto e se intensificam a partir da segunda semana de setembro. A metade das ocorrências registradas em Pernambuco ocorre justamente neste período.



Foto: Milton Mendes Filho

Ato pela reforma agrária em Salvador, com 15 mil pessoas, em 1985

Assim, no mesmo dia que deflagrou a campanha salarial dos 240 (duzentos e quarenta) mil trabalhadores rurais da região canavieira de Pernambuco, em 02 de setembro de 1985, a FETAPE registrou sua primeira baixa: Evandir Pereira da Silva, 27 anos, Presidente do STR de Aliança, foi assassinado com um tiro de espingarda, calibre 12, no quintal de sua residência no Engenho Canguá (Cf. ocorrência nº 155).

Jagunços saqueiam e destróem casas dos lavradores

As ações de saque da produção, em que os paióis e depósitos de cereais são pilhados por pistoleiros, se sucedem no período que segue imediatamente à colheita. Casas são destruídas, as famílias

são trucidadas ou afastadas dos locais de moradia e a colheita é apropriada pelos malfetores. O roubo da produção agrícola à mão armada, seguido de homicídios intencionais, desarticula por completo a pequena produção e o possível fundo de reserva para o ano que segue. Desorganiza o processo de produção permanente, porquanto compromete elementos que poderiam assegurar a reprodução do grupo doméstico. Ao se verificar uma incidência deste tipo de ação no mês de junho, consegue-se avançar na explicação do elevado índice de criminalidade que o referido período apresenta, ou seja, 10,3% do total de homicídios. Isto o aproxima dos demais meses de pique e revela que não só a terra, mas também a apropriação da produção camponesa delinea-se com um dos objetivos da ação de pilhagem, que os grileiros têm regularmente empreendido contra os posseiros.

A importância da imprensa nos sindicatos



Luís Momesso

Vivemos numa época em que a grande interação social impõe um desenvolvimento sempre crescente e a largos passos dos instrumentos de comunicação. O dito popular "quem não se comunica se estrumbica" é de uma profundidade que o tom de gozação tende a ofuscar.

Torna-se necessária uma reflexão maior sobre a comunicação operária por parte dos que atuam nesta área ou se ocupam em estudá-la.

Este artigo tenta traçar algu-

mas considerações sobre a imprensa sindical, mais especificamente sobre o jornal sindical no Brasil. Infelizmente não existem estudos aprofundados sobre o assunto. O livro da professora da USP, Maria Nazzareth Ferreira, *A Imprensa Operária no Brasil - de 1880 a 1920* - traz uma série de informações e algumas conclusões duvidosas. Além dele, só existem poucas informações dispersas. A revista do CES pretende manter aberto o debate sobre o assunto.

Desde que a classe operária começa a estruturar alguma forma de organização mais duradoura, ainda que primária, para conduzir suas lutas de acordo com seus interesses de classe, começa a produzir, ao mesmo tempo, seus veículos de comunicação. Eles são imprescindíveis para a organização e difusão das idéias e para a formação da consciência de classe.

A contradição capital versus trabalho gera muitas lutas e, como no sistema capitalista a função do Estado é a defesa dos interesses da burguesia, a existência de sindicatos operários nestes países implica numa luta ininterrupta entre o Estado burguês e a organização operária. O Estado desenvolve todo esforço para exercer controle sobre os sindicatos, e os operários lutam pela independência de suas organizações.

Levando-se em conta esse jogo dialético é que se pode analisar a

imprensa operária. Quando o controle sindical exercido pelo estado burguês reduz ao mínimo as possibilidades da atuação independente, e em consequência, da existência da imprensa sindical autêntica, a classe operária busca formas alternativas de organização para conduzir suas lutas.

Conteúdo do jornal depende da situação política do país

Proliferam, então, pequenas organizações sem uma unificação que permita ação mais ampla. A imprensa operária, em consequência, multiplica suas publicações localizadas, a nível de fábrica, de grupos de fábricas ou de setores de oposição etc., com dificuldade de sobrevivência, periodicidade irre-

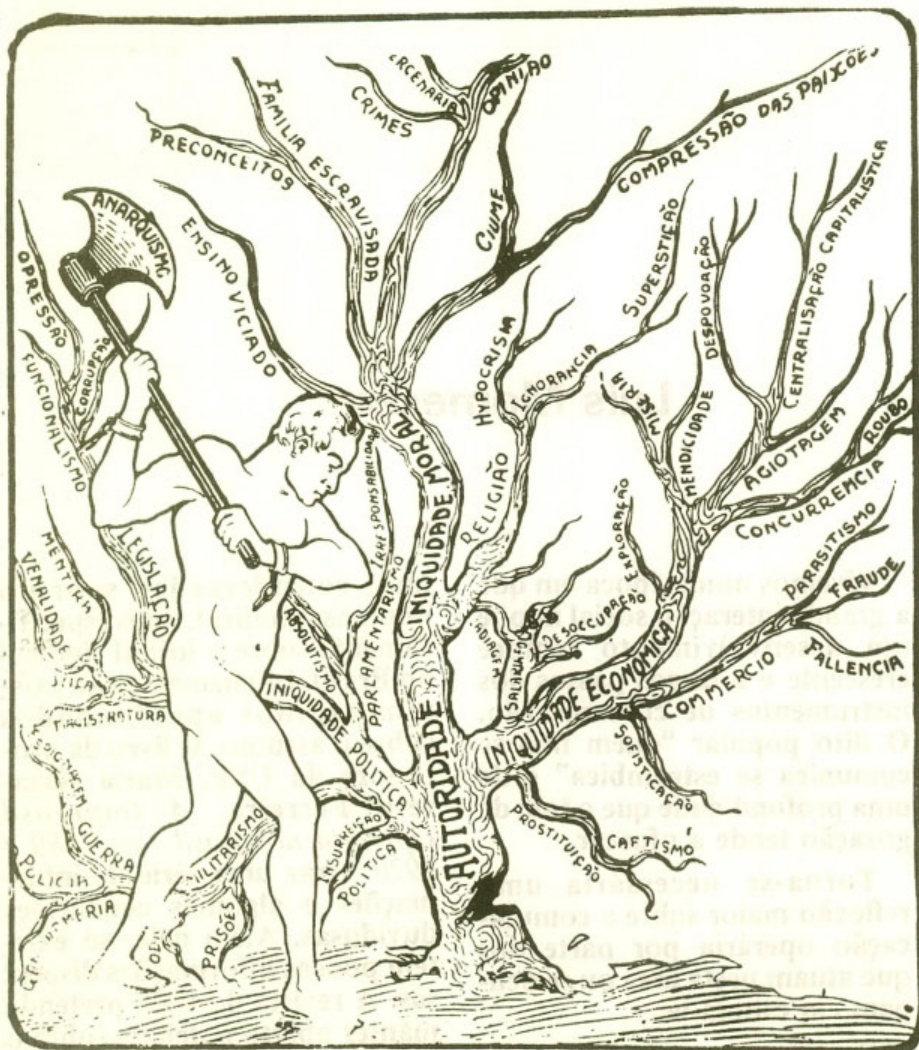
gular, existência curta. Enquanto isso, pode coexistir a imprensa sindical portando um conteúdo determinado pelas condições de controle, mantendo-se não pela necessidade das lutas e organização, mas pelas facilidades materiais permitidas pela estrutura sindical.

Atualmente, no Brasil, a vida sindical orgânica, o relacionamento das lideranças sindicais com a categoria, do sindicato com outras entidades e órgãos oficiais etc., implicam em múltiplos instrumentos de comunicação. O crescimento da classe operária e a existência de um número de grandes categorias, organizadas em sindicatos, com estrutura material solidificada, possibilitam a manutenção de jornais sindicais de grande tiragem, existência duradoura, conquistando uma importância significativa no campo da comunicação.

A comunicação sindical não se restringe ao jornal. Ela se utiliza de diversos instrumentos, desde as formas orais e diretas, como conversas pessoais, reuniões, comícios, assembleias, palestras, cursos etc., até formas escritas como cartas, pichações, e a imprensa sindical.

Imprensa sindical é um instrumento de intercâmbio

A imprensa burguesa, na qual se incluem todos os grande veículos de comunicação atuais (e não só os grandes), está inserida no sistema capitalista de produção. Baseia-se no conceito de estrutura de comunicação que adota o esquema básico: Emissor - Veículo (mensagem) - receptor. O emissor - aquele que transmite a mensagem - é, em última análise, o proprietário do veículo de comunicação. O veículo - rádio, jornal, canal de TV etc., - é organizado como uma empresa capitalista, com objetivo de lucro. Esta empresa vende seu produto, a mensagem - notícias, novelas, quadrinhos etc. - que refletem as concepções e interesses dos setores econômicos que mantêm o veículo-proprietário, firmas anunciantes...



Desenho do jornal operário anarquista *A Plebe*, de 1917



Imprimindo um jornal proletário no início do século

O receptor - ouvinte de rádio, espectador de TV, leitor de jornais... - constitui-se potencialmente de toda a massa humana, concebida como consumidora destes produtos. É, portanto, uma comunicação vertical em que o receptor é concebido como um elemento passivo, como um consumidor, quase sem influência sobre a produção da comunicação.

A imprensa operária circula dentro de um mundo diferente, específico. A entidade sindical é uma organização coletiva. Não tem proprietário. O veículo de comunicação é um instrumento de entrosamento (interação) no meio, não uma empresa capitalista. A mensagem não é mercadoria para ser consumida. É o resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc. produzidos pela coletividade e para ela mesma.

Assim, o receptor não é uma massa informe, não é um elemento passivo. É o operário da categoria, que tem vínculos de interesses comuns e participa da mesma

forma de organização. A comunicação torna-se um instrumento de intercâmbio, não de dominação. É horizontal e interativa.

Papel destacado na coesão ideológica de um sindicato

Desta concepção de imprensa sindical pode-se deduzir as funções que ela deve exercer. Não é só um instrumento de informação, de agitação e de mobilização. Na medida em que reflete as preocupações, analisa experiências, aponta soluções para a coletividade, atua como formador da consciência sindical e de classe e instrumento de organização da categoria. Pode ter um papel destacado na coesão ideológica de um sindicato.

Na prática, contudo, a análise das funções da imprensa sindical não pode ser feita fora do contexto da existência desta imprensa, o

qual não se prende só à vida de um eventual sindicato analisado, mas ao conjunto do movimento sindical. Este, por sua vez, sofre as interferências do contexto político-histórico.

No Brasil, embora não haja estudos a respeito, pode-se concluir que a imprensa sindical cumpriu diferentes funções, dependendo das condições históricas e da orientação político-sindical que predominou em cada época. As mudanças econômicas e políticas vão possibilitando ou exigindo mudanças nos rumos do sindicalismo e nas suas formas de organização. Em decorrência, a imprensa sindical também sofre alterações.

Por muito tempo predominou em nosso país uma economia agrária e atrasada. O capitalismo desenvolveu-se tardiamente.

Contudo, a existência do capitalismo, apesar de embrionário, já acirrava contradições de classe. Uma das primeiras lutas organizadas foi a dos tipógrafos dos jornais do Rio de Janeiro, com uma greve

de alguns dias. As maiores lutas ocorreram nos anos de 1917 a 1919, período em que houve uma elevação do nível de consciência dos operários.

Desde as primeiras lutas e organizações que surgiram com a industrialização do Brasil, a imprensa operária está presente. O primeiro jornal operário foi **O Proletário**, fundado em 1847 por um grupo de intelectuais de Recife. Já o **Jornal do Tipógrafo**, da Associação dos Tipógrafos do Rio de Janeiro, foi o primeiro jornal de uma categoria operária.

Maria Nazareth Ferreira listou 343 jornais operários que circularam entre os anos de 1880 a 1920, sendo 42% em São Paulo e 30% no Rio de Janeiro. Para quase todas as organizações operárias era editado um jornal, grande parte em língua estrangeira. O mais importante deles parece ter sido **A Voz do Trabalhador**, editado pela COB (Confederação Operária Brasileira), fundada em 1908 por 50 associações sindicais.



nomes, permanecendo os editores. Poucos conseguiriam existência regular e por mais tempo.

Os jornais deste período não eram feitos por repórteres. A redação recebia o material e publicava. Eram relatórios do sindicato, cartas pessoais, textos de palestras, denúncias, artigos que tratavam de ideologia, problemas organizativos etc. Tinham função principalmente de doutrinadores, refletindo o pensamento das correntes sindicais européias. Apareciam com maior frequência nos períodos que antecediam as greves e saíam de circulação durante os grandes confrontos, dando lugar a boletins, panfletos, manifestos. O número de páginas variava.

Costuma-se atribuir a liderança da imprensa sindical, no Brasil, neste período aos gráficos. A característica desta profissão exige saber ler e escrever, numa época em que a maioria da população era analfabeta.

A partir de 1920 não existe nenhum estudo da imprensa sindical, a não ser rápidas citações em alguns trabalhos. O movimento sindical elevou seu nível de organização, de lutas e de consciência de classe. A orientação dos comunistas foi ganhando espaço sobre a dos anarquistas.

Até 1930 os sindicatos não eram reconhecidos pelo Estado e praticamente não sofriam intervenções governamentais a não ser através de repressão. As formas de organização e de atuação das entidades sindicais eram definidas pelos próprios trabalhadores.

A partir daí a estrutura do sindicalismo brasileiro sofre transformações profundas. Juntamente

com o reconhecimento dos sindicatos vem o controle do Estado através de muita repressão e da conhecida legislação de inspiração fascista. Nesta época foram fundados muitos sindicatos, geralmente não com espírito de luta, mas por causa das facilidades que a nova legislação getulista proporcionava.

Uma nova fase com as mudanças de Getúlio Vargas

É bastante provável que a imprensa sindical tenha tido presença significativa até a primeira metade desta década, como instrumento da organização e da luta da classe operária, e que tenha sofrido declínio em função das perseguições que se seguiram. Mesmo nos sindicatos getulistas, como o Metalúrgico de São Paulo, fundado em dezembro de 1932, havia participação de oposições combativas que conseguiram, numa assembleia em 1935, aprovar a criação de um jornal do sindicato. A idéia não se concretizou, mesmo porque logo em seguida houve intensa repressão.

Até o início da década de 40 houve uma queda da participação nos sindicatos. Para evitar esse esvaziamento, o Estado canalizou para os sindicatos a solução dos conflitos trabalhistas do dia a dia, ampliando o departamento jurídico e estimulando o assistencialismo. O imposto sindical propiciou verbas para que essa organização se concretizasse. Havia necessidade de atrair os ope-

Depois de 1920 a imprensa sindical fica mais estável

Grande parte destes jornais era pautada pela orientação anarquista, que chegou ao Brasil com os operários europeus para cá vieram fugindo às perseguições políticas em seus países ou por serem deportados.

Depois de 1920 é que começa a se desenvolver uma imprensa sindical mais estável. Em São Paulo, o primeiro jornal com essa característica foi **O Trabalhador Gráfico**, da União dos Trabalhadores Gráficos.

Com a repressão invadindo oficinas onde eram impressos, quebrando máquinas, empastelando jornais e com organizações operárias pequenas, pobres e instáveis, só era possível a existência de uma imprensa operária sem muita regularidade, com jornais que apareciam, circulavam com grandes intervalos desapareciam depois de algumas edições. Frequentemente voltavam a aparecer com outros

rários para o sindicato e evitar que se organizassem fora do controle do Estado.

Nestas circunstâncias, é provável que a imprensa sindical, contando agora com as facilidades de recursos, tenha recebido um impulso para atuar nessa linha colaboracionista. **O Metalúrgico**, fundado em setembro de 1942, surgiu com essa finalidade, bem sintonizado com a orientação governista. Getúlio havia criado o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda - cuja finalidade, realmente, era manter controle sobre a imprensa. O Sindicato dos Metalúrgicos criou o DIP dos metalúrgicos, dirigido por Adolpho Perchon, e passou a editar mensalmente **O Metalúrgico** que, em sua primeira edição, qualificava Vargas como o maior amigo dos operários do Brasil.

Num artigo com título **A Imprensa Sindical**, na primeira edição do referido jornal, Perchon afirma que a maioria dos sindicatos não possuía imprensa própria. Os poucos sindicatos que a possuíam encontravam algumas dificuldades. A principal delas era a "carência de mentalidade cultural nos meios operários". Na verdade, com o esvaziamento do sindicato, havia falta de lideranças. Mas afirma também que "podemos encontrar alguns (jornais sindicais) de feitio e confecção caprichosa com úteis colaborações e orientação segura".

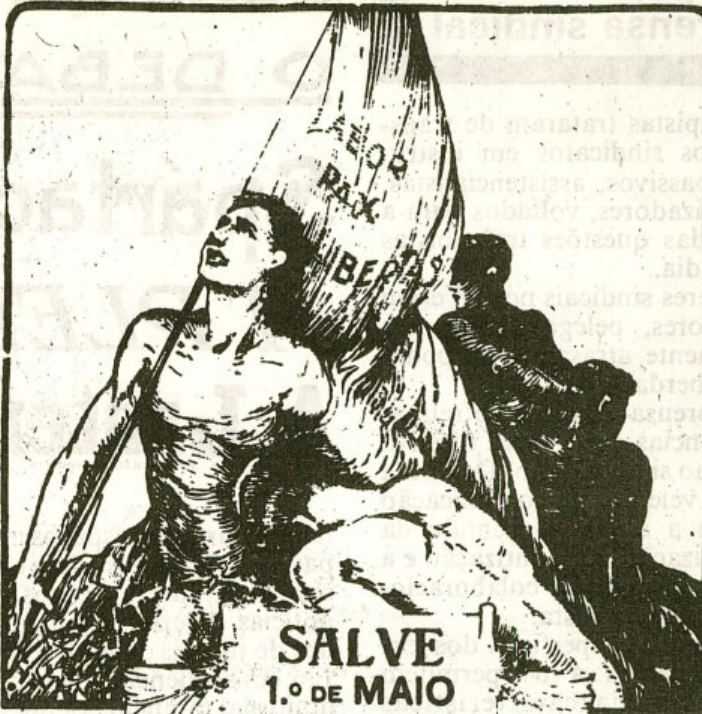
Liberdade política facilita a melhora da comunicação

Seguindo a lógica de que as lutas e a organização da classe operária se refletem na dinamização de sua imprensa, esse quadro começaria a mudar a partir da segunda metade da década de 40. Deste período até o golpe de 64, muitos jornais foram criados e circularam com periodicidade regular, com participação dos operários. Essa participação pode ser observada na edição de número 107, de abril de 1952, de **O Metalúrgico**. Fica clara a origem das

O TRABALHADOR GRAPHICO

ORGAO DA UNIAO DOS TRABALHADORES GRAPHICOS DE S. PAULO

N. 62 Sexta-feira, 1 de Maio de 1926 Ano VII



SALVE
1.º DE MAIO
1886-1926

1.º de Maio, 40 anos que se passaram na manufatura de Chicago!

O dia de hoje é o dia que se comemora os mártires da causa do proletariado.

Nós, trabalhadores do livro, não nos podemos limitar a comemorar somente os mártires de Chicago.

Millhões de trabalhadores

temeram antes e depois do dia de hoje defendendo a mesma causa. Nós comemoramos hoje todos os trabalhadores que caíram em defesa dos escravos antigos e dos modernos.

Para nós, o dia de hoje é dia de protesto contra os exploradores do proletariado, de reivindicações econômicas e políticas.

Aos trabalhadores que pagaram com a própria vida o seu amor à Causa Proletária, nós, trabalhadores, do livro, protestamos a nossa inteira solidariedade: procuramos imortalizar e defenderemos a causa por eles abraçada até à vitória final.

Companheiros trabalhadores com afinho para que a nossa

comunicação seja um facto no dia de amanhã!

Avante, companheiros, que a vitória final será nossa!

Viva o 1.º de Maio, dia de protesto e de reivindicações!

Viva o 1.º de Maio, dia dos mártires da Causa Proletária!

Viva a Causa Proletária!

Viva a União dos Trabalhadores Gráficos!

matérias do jornal, as fontes de informação e o sistema de coleta do material publicado:

"Escreveram: Associados.....31
colaborações
Não Associados.....23
Informações da Diretoria.....65
Artigos, avisos e comunicados da redação....111
Departamento Médico.....3.

O número de colaboradores associados e não associados indica que o sindicato já não estava tão carente desta "mentalidade cultural".

Já no artigo publicado em junho de 1957, do mesmo jornal, com

título "O Valor da Imprensa Sindical", José da Rocha Mendes F., deputado estadual, afirma que nessa época existiam no Brasil mais de 200 órgãos sindicais, embora muitos não circulando normalmente. Alguns de muito boa qualidade, indicando que os trabalhadores já tinham capacidade diretiva.

Com o golpe de 64, o movimento sindical sofreu violenta repressão. Os sindicatos mais expressivos, que geralmente eram os que possuíam imprensa regular, foram os mais atingidos. Nas intervenções, a malversação de fundos, entre

outras coisas, a aplicação de dinheiro na conscientização e politização dos trabalhadores, atingindo a comunicação.

Golpe de 64 reduz a importância da imprensa sindical

Os golpistas trataram de transformar os sindicatos em instrumentos passivos, assistencialistas, desmobilizadores, voltados para a solução das questões trabalhistas do dia a dia.

Os líderes sindicais pós-64 eram interventores, pelegos, dirigentes politicamente atrasados ou podados na liberdade de ação.

A imprensa sindical sofreu as consequências desta nova diretiva imposta ao sindicalismo. De forma geral, os veículos de comunicação passaram a atuar no sentido da desmobilização, despolitização e a adotar a orientação colaboracionista e assistencialista.

Uma análise superficial dos jornais posteriores a 64 permitem apontar algumas características mais gerais. A primeira delas foi a periodicidade. Muitos jornais saíram de circulação. Outros, que antes tinham regularmente entre 8 e 12 edições anuais, passaram a ter entre uma e quatro. Foi o que ocorreu com O METALÚRGICO, O TRABALHADOR GRÁFICO, O ELETRICITÁRIO; todos de São Paulo.

As poucas edições anuais neste período normalmente ocorriam nas épocas de eleição no sindicato, após campanhas salariais, no final do ano noticiando as festividades e resultados de concursos de miss etc. Serviam a necessidades esporádicas. Não eram editados em função da organização, conscientização e mobilização dos trabalhadores. Basta citar que no ano de 68 O Metalúrgico de São Paulo teve apenas uma edição, destinada a criticar as oposições por ocasião do 1º de Maio.

Outra característica é a mudança de conteúdo. Os temas predominantes vinculam-se a denúncias de irregularidades, principalmente atraso de pagamento ou não recebimento de salário de firmas que

A VOZ DO PADEIRO O Grito Operário O DEBATE Spártacus A PLEBE A Lanterna

ANTICLERICAL E DE COMBATE

trabalham. Grandes espaços eram ocupados com artigos sobre o assistencialismo, lazer, textos de leis, notícias diversas, algumas recortadas de jornais da grande imprensa. Em consequência, a forma gráfica do jornal também era prejudicada. Grandes textos cansativos, poucas ilustrações, diagramação pesada.

Os sindicatos não tinham assessoria de imprensa. O nome de alguns jornalistas se repetiam em diversos jornais sindicais.

Novo ascenso das lutas aumenta o papel dos jornais

Nos anos de 67/68 as lutas e organizações operárias cresceram quase sempre fora dos sindicatos, pulverizadas em grupos inspirados em correntes políticas. Em consequência, proliferaram por todo lado boletins de fábricas, de oposições sindicais etc. Dispunham de poucos recursos, eram mimeografados, tinham existência curta, distribuição clandestina. Deles não se conhece registro. Desapareceram com o AI 5.

Nos primeiros anos da década de 70 a imprensa sindical dá sinais de querer se reanimar. Mas é a partir

de 78 que ela se revitaliza, em decorrência das mudanças políticas, da ampliação das lutas operárias, do crescimento organizativo do movimento sindical e da elevação do nível de consciência de classe dos trabalhadores. Algumas oposições venceram as eleições de categoria. Em outras, esse avanço obrigou diretorias a se reciclarem e redimensionarem sua ação sindical.

Cresce o volume de informações e a necessidade de comunicação. Maior importância e mais recursos são destinados à imprensa sindical. Aumenta o número de jornais em circulação, a periodicidade se regulariza. A tiragem cresce muito. Os temas mais abordados passam a girar em torno das lutas e da organização operária e sindical. A forma gráfica é melhorada com textos menores, mais dinâmicos e bem ilustrados. Os sindicatos maiores vão criando assessorias de imprensa, contratando jornalistas e desenvolvendo um trabalho mais profissional. Formam-se grupos de assessoria de imprensa, com jornalistas, diagramadores, ilustradores etc.

Durante algum tempo, em alguns jornais, predomina a preocupação da denúncia. Neste sentido o jornal dos metalúrgicos de Santos cria o personagem Zé Protesto. Posteriormente personagens com as mesmas características vão surgir no jornal dos metalúrgicos de São Bernardo com o João Ferrador. Os metalúrgicos de São Paulo tiveram o Décio Malho, figura de ficção, concebida como repórter que colhe as notícias nas fábricas, faz denúncias, dá vida às fotos e aponta matérias importantes nas páginas do jornal. Aos poucos passou a ser identificado com o militante sindical organizado nas fábricas. A partir de 82 o jornal vai reduzindo o espaço de denúncias e ampliando outros dedicados às experiências de organização, às mobilizações e o Décio Malho vai sendo abandonado.

Hoje, com a ampliação do espaço democrático, o crescimento do movimento sindical, a criação da CGT a imprensa sindical não só se torna indispensável, mas exige uma reflexão maior, uma avaliação do conjunto das experiências que já se adquiriu.

Os sindicatos e a mobilização pela Constituinte

Ronald Freitas

O ano político de 1986 transcorrerá sob o signo da realização da Assembléia Nacional Constituinte. Fruto da luta e da mobilização popular dos últimos anos, a convocação da Constituinte é consequência direta da campanha cívica que derrotou o regime militar, instalou a Nova República e elegeu a dupla Tancredo Neves-José Sarney para a presidência.

Frente à Constituinte todos os setores sociais e as forças políticas se preparam para intervir de forma a garantir espaços para as suas idéias e posições na futura Carta Magna da nação.

Aos poucos vai se prolongando pelo país o debate em torno de questões relevantes que serão discutidas na Constituinte, e esse debate se intensificará na medida em que se aproxima o dia 15 de novembro. Questões como: forma de governo (presidencialismo ou parlamentarismo); papel da propriedade privada no desenvolvimento do Brasil; dominação do capital estrangeiro na nossa economia; papel da Forças Armadas na sociedade; direito de livre organização social (liberdade e autonomia sindical) etc.; serão assuntos cada vez mais debatidos pelo conjunto da população. Dessa maneira o povo interferirá de forma mais ativa na realização da

Constituinte, elevando o nível do debate político em curso.

A atual fase que passamos é de incremento da mobilização e da luta de massas. Isto é comprovado pela realização exitosa de eventos como o IV Congresso da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); o I Congresso da Mulher Trabalhadora; o II Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, que fundou a CGT; e o III Congresso Nacional das Associações de Moradores. Todas foram reuniões altamente representativas. Há ainda a massiva adesão popular ao controle de preços congelados pelo pacote econômico do governo Sarney.

País vive momento de crescimento das lutas populares

Estes fatos são indicadores seguros de que o país vive um momento político extremamente importante, de crise e de mudanças, onde a participação dos setores populares é crescente e exige que seja levado em conta seus anseios e reivindicações. Essa situação jogará também um importante papel na eleição

constituinte que se avizinha, pressionando-a do ponto de vista popular e progressista.

A eleição para a Assembléia Nacional Constituinte será altamente disputada. Primeiro pelo significado político de que se reveste - a elaboração das leis que dirigirão o país; segundo pelo momento favorável em que se realiza, quando há um clima razoável de liberdades políticas. Não só o movimento sindical e o segmento democrático e popular disputarão a contenda. Os setores conservadores e patronais dão indícios claros de que entrarão de rijo na disputa e procurarão eleger representantes seus. E mais que isso: buscarão conseguir maioria na Constituinte.

A formação de milionárias "caixinhas" por parte dos empresários e o surgimento de agrupamentos de direita como a UDR (União Democrática Ruralista, que promove leilões de gado para angariar fundos para financiar os candidatos que se oponham à reforma agrária na Constituinte) são provas cabais disso. E transformam na prática a disputa por uma cadeira na Constituinte em verdadeira batalha milionária.

Essa situação é agravada pelo frágil nível de organização política

das massas. Embora sejam muitas as siglas partidárias, cerca de 30, ainda é baixo o grau de militância e vínculos orgânicos da população. Disso decorre que existe um espaço que é ocupado por políticos demagógicos, com base no populismo atrasado e respaldado em dinheiro escuso.

Sindicatos devem ficar em sintonia com a luta do povo

Esse quadro de transição democrática que passa o país é o pano de fundo que determina e baliza, em última instância, a atividade sindical. Passa o sindicalismo por várias modificações. Setores dirigentes significativos procuram aceleradamente sair do imobilismo que caracterizaram sua ação nos últimos 21 anos. Tentam ligar-se às lutas e reivindicações de suas bases. A vida intersindical reativou-se e hoje são comuns os congressos, encontros, seminários. Nesse sentido, o II Conclat de Praia Grande e a reorganização da CGT foram extraordinários sucessos e indicaram as possibilidades de avanço do movimento sindical. Tudo isso vai contribuindo para colocar o sindicalismo em sintonia com a luta geral do povo por liberdade, independência nacional e progresso social.

No entanto, ainda existem várias áreas de atraso. É gritante a contradição entre a disposição de luta e participação manifesta pelas bases em múltiplas reuniões e o conservadorismo de certos círculos dirigentes. Isso cria uma situação singular: de resoluções coletivas avançadas nos congressos e encontros sindicais e de dificuldades na sua implementação por parte das direções eleitas.

É o reflexo vivo da complexa situação política que vive o país. De um lado há uma grande disposição das massas de lutar e realizar as mudanças necessárias. Mas de outro inexistem nas instâncias de poder, seja do poder do Estado ou nos órgãos sindicais, a representação das forças e segmentos sociais

mais avançados e comprometidos com as lutas sociais.

A batalha pela Constituinte será uma excelente oportunidade para fazermos avançar a luta do povo. Isto na medida em que o movimento sindical e popular, compreendendo a sua significação, procure participar ativamente dela. Pois dependerá enormemente do perfil social que vier a ter a futura Constituinte para que a nova Constituição consagre em seus termos as reivindicações básicas que movem hoje o sindicalismo e o povo brasileiro em suas lutas.

Para isso é necessário que o movimento sindical atue de forma organizada. Não bastam as afirmações de congressos e encontros sobre a necessidade de influenciar as eleições constituintes. É preciso organizar desde já essa intervenção. É urgente debater com as categorias e bases sindicais o significado da luta política que se trava atualmente, é necessário mostrar que só com a mobilização dos trabalhadores essa batalha terá um desfecho mais favorável.

Não tem sentido os argumentos de que os sindicatos devem ficar à margem dessa grande luta. A vida está a nos ensinar que o movimento sindical só avança quando o conjunto da sociedade também avança.

Grande preocupação na escolha dos nossos candidatos

A escolha dos candidatos a serem apoiados pelo sindicalismo se reveste, pois, da maior importância. Devem ser os candidatos que materializam as propostas e plataformas sindicais e políticas. É necessário que sejam postulações bem posicionadas, que assumam e defendam as bandeiras de luta e as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores, tais como: liberdade e autonomia sindical; reforma agrária; semana de 40 horas; estabilidade no emprego; unidade e unicidade sindical, em oposição ao plurisindicalismo; participação, juntamente com

outros setores sociais, na formação de uma frente política de cunho democrático e popular que propicie o avanço da luta por liberdade e progresso social.

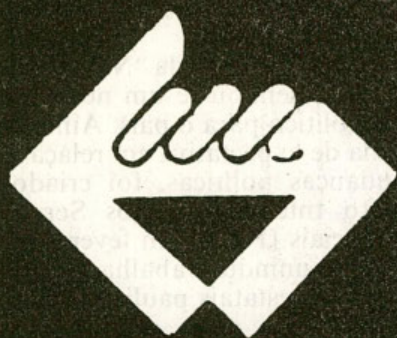
Além de esposarem essas bandeiras, os candidatos devem ter um passado de luta que os credencie como pessoas sérias e confiáveis que, se eleitos, lutarão com todas as suas forças para transformar essas reivindicações em realidade. É necessário também que esses candidatos sejam eleitoralmente viáveis, que consigam somar forças e votos. Não devemos dispersar nossos votos. A multiplicidade de candidatos e de siglas não nos deverá levar à pulverização de indicações e apoios. É necessário um criterioso trabalho de escolha que nos leve à vitória.

Pressão de massas para garantir leis progressistas

O ideal é que consigamos juntar essas exigências e necessidades políticas a candidatos que também sejam sindicalistas. Entretanto isso não deve ser critério absoluto. A consigna "sindicalista vota em sindicalista" pode em muitos casos ser uma armadilha que nos leve a não votar no melhor candidato, no mais confiável.

Por último, vale lembrar que a luta pela Constituinte não deve se limitar a campanha eleitoral com término marcado para 15 de novembro. Até lá esse deverá ser o centro das atividades e preocupações políticas. Mas realizado o pleito e eleitos os deputados constituintes, inicia-se uma nova e importante batalha: a da pressão de massas para que durante os trabalhos legislativos sejam elaboradas leis que incorporem o avanço que a nação necessita e que o povo exigiu e exige.

Através dessa mobilização seremos 130 milhões de soldados constituintes a vigiar, apoiar e estimular os trabalhos constitucionais. Nesse novo momento, o sindicalismo deverá também estar à frente da luta.



Recentemente, os metroviários paulistas foram protagonistas de uma greve que paralisou São Paulo, impondo respeito pela unidade e coesão, apesar da pressão patronal e governamental. Essa união é fruto de um intenso trabalho desenvolvido pela entidade de classe que garante, inclusive, uma das maiores taxas de sindicalização do país: 90%. Neste artigo, tentamos esboçar o perfil dessa categoria e encontrar os fatores que explicam tamanha coesão em torno do Sindicato.

O que explica a forte união dos metroviários?

Yone Simidzu

Alguns fatores podem, à primeira vista, explicar o grau acentuado de participação da categoria. A faixa etária é jovem: a maioria se situa entre os 20 e os 35 anos. A categoria profissional é recente: foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho (MTb) em 1980. Além disso a organização dentro de uma única empresa facilita a ação sindical. Mas, seguramente, não são estes os fatores determinantes. A origem dessa união em torno do Sindicato encontra-se no próprio processo de formação da entidade e no reconhecimento legal da categoria.

A primeira forma de organização foi o Metrô Clube, fundado em fevereiro de 1970 com objetivos sócio-culturais, contando então com 311 associados. Aos poucos brota a idéia de sua transformação em associação e em 1975 o Metrô Clube evolui para a condição de Associação Civil dos Empregados do Metrô, possuindo já 3013 associados.

Em 1976 ganha corpo o projeto de criação do Sindicato. Nesse ano a Associação encaminha processo de reconhecimento da categoria metroviária e procura acompanhar a conjuntura da época, participando do movimento contra a carestia e da luta pelo fim do regime militar. Cursos de educação sindical, palestras e debates, ao lado de campanhas salariais, vão ocupando um espaço privilegiado na entidade, culminando com a realização do "I Mês do Metroviário" em agosto de 1978.

Dois anos depois, em 1980, a categoria é reconhecida pelo Ministério do Trabalho. A partir daí, a Associação Profissional passa a incrementar as lutas salariais e sindicais da categoria. Intensifica a filiação e arregimenta o apoio de outras entidades sindicais e políticas na luta pela sua transformação em Sindicato.

Finalmente, em 1981 os metroviários recebem a carta sindical. Em dezembro do mesmo ano a pri-

meira diretoria, egressa de uma chapa formada em convenção, estabelece como meta fortalecer a entidade. Assim, rapidamente, o número de sócios cresce e atinge a marca dos 65%.

Sindicato participa ativamente de todas as lutas políticas

Inúmeras greves marcam 1981. É um momento de grande mobilização dos sindicatos contra a política de arrocho imposta pelo regime militar. Nesse mesmo ano, com a realização da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), os trabalhadores brasileiros dão um passo decisivo na sua organização e encaminham lutas a nível nacional.

Em 1983, no novo Conclat, o sindicalismo discute a criação de uma central sindical para dirigir as lutas dos trabalhadores no âmbito nacional. Mas existem divergências quanto à sua formação. Os setores mais afinados com a realidade, respeitando as bases e preocupados com a divisão, propõem o adiamento de sua fundação para o ano seguinte. O choque dessas visões resulta na criação de uma central partidarizada, a CUT. Essa

cição acabaria por se refletir no Sindicato dos Metroviários, não fosse a clareza e maturidade da categoria, disposta a lutar pela reunificação do movimento sindical.

Com essa postura, o Sindicato participou ativamente de todas as lutas unitárias. A greve geral de 21 de julho de 1983 foi um exemplo. Cerca de 80% dos metroviários paralisaram suas atividades contra os decretos de arrocho. No mesmo dia, o Sindicato sofreu a dura intervenção do Ministério do Trabalho, que cassou a sua diretoria.

Resistindo de forma corajosa, a diretoria cassada continuou representando de fato os metroviários. Sem a máquina sindical nas mãos, promove campanha de finanças para editar o jornal da entidade e, enfrentando dificuldades, continuou a encaminhar as lutas, procurando manter viva a presença do Sindicato em todos os locais de trabalho. Ao cabo de oito meses a intervenção termina.

Essa experiência demonstra, não só para os metroviários, mas para todo o movimento sindical, a necessidade da luta política pelo fim do regime militar. O engajamento na campanha das "diretas" foi uma decorrência natural. O clima político da época favorecia também ações de maior envergadura, possibilitando que os metro-

viários se utilizassem de formas originais para conquistar suas reivindicações. Na campanha salarial de novembro de 1984, a categoria abriu as "catracas", permitindo o livre acesso aos usuários e conquistando a simpatia popular. A experiência mostrou a possibilidade dos trabalhadores gerirem os meios de produção, o que provocou a imediata ira da imprensa burguesa.

Com o advento da "Nova República" desenhou-se um novo quadro político para o país. Ainda em clima de expectativa em relação às mudanças políticas, foi criado o Pacto Intersindical nos Serviços Essenciais (PISE) em fevereiro de 1985, reunindo trabalhadores em empresas estatais paulistas, com a participação ativa do Sindicato. Logo depois, no dia 3 de maio de 1985, os metroviários, em campanha salarial, fizeram uma greve vitoriosa de 24 horas.

Congresso consolida enraizamento da entidade sindical

A realização do I Congresso dos Metroviários de São Paulo consolidou o enraizamento do Sindicato dentro da categoria. Durante três dias, em março deste ano, 200 delegados discutiram exaustivamente temas como a Convenção 87 da OIT, as centrais sindicais, CLT, reforma agrária, dívida externa, Constituinte, ao lado de problemas específicos.

Nesse período, a empresa já mostrava sua disposição de não pagar o abono conquistado na última campanha salarial, sob o falso pretexto de que o programa de estabilização econômica do governo anulava essa conquista. Diante dessa situação, o Congresso indica a realização de uma greve geral da categoria por tempo indeterminado. O I Congresso aprovou também uma série de resoluções importantes, como a rejeição da Convenção 87 e a participação no Congresso de fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), aprovados por mais de 70% dos delegados.

Foto: César Diniz



Uma categoria com intensa mobilização e forjada na luta

No dia 1º de abril, diante do não pagamento do abono, os metroviários iniciaram a greve geral. Realizada numa conjuntura extremamente complexa, sob a égide das medidas econômicas governamentais, a greve tornou transparente não só a posição da empresa, dos governos estadual e federal, e também da CUT. Tentando manipular a opinião pública, a empresa divulgou em praticamente todos os jornais de grande circulação que a greve se dirigia contra as medidas econômicas. Por outro lado, a CUT, contrária ao "pacote" e sem fôlego para mobilizar os trabalhadores diante dessa sua posição estreita, ajudou a fazer côco com a empresa e o governo, divulgando também a mesma versão, embora para dar respaldo aos seus ataques.

Vislumbrando anteriormente a possibilidade desse tipo de manipulação, os metroviários, em carta à população e cartazes afixados em bilheterias, explicavam sua posição sobre as medidas econômicas: apoio aos aspectos positivos, como o congelamento de preços, e críticas aos aspectos que prejudicariam os trabalhadores.

Imune a essas manobras, a categoria manteve-se firme até o final e conquistou uma vitória política significativa, demonstrando a todos os trabalhadores e à população o risco da manipulação de reivindicações justas sob o argumento de sabotagem do "pacote".

Categoria procura sempre o apoio dos usuários paulistas

Qualquer ação do Sindicato implicará sempre em reflexos imediatos junto aos usuários do Metrô, estimados em torno dos 1,4 milhão de pessoas. Por essa razão, sem o apoio da população, qualquer tipo de mobilização que envolva paralisação das atividades operacionais estaria fadada ao insucesso. O Sindicato sempre teve clareza desse problema e o trata de forma que não venha a se configurar num fator limitante às lutas da categoria.

Por isso, a comunicação com o



Passeata dos metroviários durante a greve de abril de 1986

usuário tem sido uma preocupação constante. Durante os períodos de campanha, a população é alertada, através de cartazes, cartas e outros meios de divulgação. Essa preocupação tem garantido a simpatia e a adesão da população às suas lutas.

O sindicato, além de promover intensamente a integração da categoria em suas atividades, atua também em todas as outras instâncias de representação dos empregados.

Desde 1982, com a eleição do governo democrático em São Paulo, o Metrô, a exemplo das demais estatais, criou diversos organismos de participação e representação dos empregados. Assim, existem na empresa o Conselho de Representantes de Funcionários (CRF), a Comissão da Gerência de Operações e da Gerência de Manutenção.

O objetivo dessa política é claro: criar outros pólos que não o Sindicato para representação da categoria e para canalizar suas reivindicações, enfraquecendo a entidade de classe. Isto não invalida contudo o caráter democrático desses organismos. O Sindicato acompanha atentamente as suas atividades e

mantém suas ações em estrita consonância com a política da entidade, sem contudo ferir a sua autonomia. Além disso, praticamente a maioria dos membros desses organismos são também ativistas sindicais.

Assim tem sido também em relação à CIPA, na qual o Sindicato estimula a participação de ativistas combativos dentro de uma ótica de defesa da saúde do trabalhador e controle dos ambientes de trabalho.

Unidade é fruto de um longo e árduo trabalho sindical

A unidade tem sido a característica marcante dos metroviários. Ela é fruto de um longo trabalho sindical que, além de garantir um dos maiores índices de sindicalização do país, permite um crescente aumento do nível de consciência da categoria. É uma prova também de que o Sindicato tem atuado sempre dentro de uma análise correta do quadro político onde se desenvolvem as suas ações.

Livros

A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra
Friedrich Engels
Editora Global

A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, livro considerado como o primeiro clássico do marxismo, finalmente foi lançado no Brasil, 140 anos após sua publicação na Alemanha por Friedrich Engels. O próprio autor fazia notar, quase 50 anos após a publicação da obra, que "o ponto de vista teórico geral deste livro - no plano filosófico, econômico e político - não coincide exatamente com a minha posição atual. Em 1844 (quando a obra foi elaborada) não existia esse socialismo internacional moderno, do qual, sobretudo e quase exclusivamente, os trabalhos de Marx deviam fazer uma verdadeira ciência. O meu livro apresenta apenas uma das fases do seu desenvolvimento embrionário".

Engels demonstra nesse trabalho que a grande indústria criava a classe operária moderna, "fazendo dela uma raça humanamente degradada, condenada intelectual e moralmente à animalidade e fisicamente espoliada, ao tempo que demonstrava como esta classe

moderna, pelo império de uma dialética histórica cujas leis se põem ao descoberto em detalhe, conduzia e necessariamente tinha que conduzir, mediante seu desenvolvimento, à derrocada do poder que a criava. Na fusão do movimento operário com o socialismo, via esta obra o triunfo do proletariado na Inglaterra", como observou Vladimir Iênin.

O jovem alemão faz observações, ao longo das 391 páginas de seu livro, sobre a origem da classe operária e da classe capitalista, sobre as condições de moradia, saúde, trabalho e cultura dos proletários; a concorrência que os operários travam entre si por uma vaga na indústria, a concorrência entre trabalhadores e máquinas, a concorrência dos burgueses pelos mercados e por mão-de-obra barata; a brutal exploração de que os assalariados (homens, mulheres e crianças) são vítimas e sua luta por uma vida melhor. Atenção especial é dada à organização dos operários na luta por seus direitos, particularmente para a atividade sindical e a participação dos proletários dos embates políticos.

Japão, A Outra Face do Milagre
Kamata Satoshi
Editora Brasiliense

Kamata Satoshi, operário e escritor japonês, oferece-nos em "Japão, a outra face do Milagre" ("Falência", no original), uma série de reportagens com depoimentos e relatos da vida dos operários da indústria naval - da competição pelo mercado mundial de petroleiros à "falência" e à "reorganização"; a luta dos operários das pequenas e médias empresas contra o desemprego e finalmente a amarga experiência dos lenhadores que contraíram a "doença das vibrações", devido à insana inovação técnica e à produtividade a qualquer preço.

Mais do que simples depoimen-



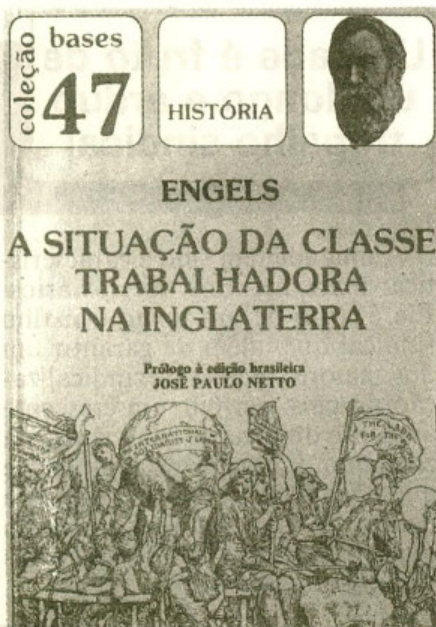
tos, Kamata consegue tirar o véu do Japão sem contradições; "o país do consenso". A plena colaboração de classes, não passa de campanha de marketing para confundir e dividir o movimento operário.

No prefácio de Francis Ginsbourger, informações esclarecedoras nos permite ter uma idéia mais real do Japão sem milagres. Devastado e empobrecido no pós-guerra, sofre a dominação norte-americana que passa a ditar as regras nos campos político-econômico e sindical, armando sua estratégia anti-comunista na Ásia.

Daí decorrem a sistemática repressão e o dismantelamento do sindicalismo e da oposição, com a criação dos sindicatos por empresa, onde a sindicalização é obrigatória.

Esta prática política, sem dúvida, colaborou para o sucesso do modelo de desenvolvimento econômico implantado: O crescimento dos setores industriais de ponta (têxtil, siderúrgica e eletrônica), dominados pelos grandes trustes, ao lado de uma multidão de pequenas e médias empresas, "paisagem que, em muitos aspectos, aparenta-se à de um país do Terceiro Mundo".

(Roseli Figaro)



Faça sua assinatura

Faça hoje mesmo a sua assinatura da revista *debate Sindical*. receba em casa ou na sede do seu sindicato uma publicação especializada no estudo das questões sindicais. Uma revista trimestral de análise, polêmica e intercâmbio de experiências.

Nome:
Sindicato:
Cargo:
Endereço:
Bairro:
Cidade:
CEP:
Estado:
Data:

Envie junto com este cupom um cheque nominal ao centro de Estudos Sindicais. Enderece a carta com seu pedido de assinatura para o CES - Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, CEP 01050, São Paulo.

Pauta

EDITORA LTDA.

Para a impressão de jornais, boletins, revistas
cartazes de sua entidade sindical, procure a
Pauta Editora Ltda - uma empresa especializada
em criação, arte-final, past-up, impressão e
acabamento em geral.

Rua dos Bororós, nº 51 - Fone: 279.3646
Bela Vista - CEP 01320 - São Paulo

Fique sócio do CES

O Centro de Estudos Sindicais nasceu em abril de 1985. Seu principal objetivo é o de contribuir para o avanço do sindicalismo brasileiro. A entidade não tem fins lucrativos e atua graças ao apoio voluntário de um grande número de sindicalistas e estudiosos da questão sindical. Entre as atividades que o CES desenvolve destacamos as seguintes:

- * Curso Básico de Sindicalismo. Quatro aulas tratando das questões fundamentais do movimento sindical e que são acompanhadas de apostilas.
- * Elaboração de livretos que abordam os principais assuntos discutidos no meio sindical. Já publicamos o Gibi da Constituinte, totalmente ilustrado.
- * Edição da revista Debate Sindical. Uma publicação trimestral de análise, polêmica e intercâmbio das experiências sindicais.
- * Estudos aprofundados sobre temas candentes do sindicalismo, como estrutura sindical, comissões de fábrica e o valor da imprensa nos sindicatos.

**Procure-nos. Fique sócio do CES.
Maiores informações: fone 37.7300**